

**Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização,  
Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios, SA.**

16.<sup>a</sup> Reunião — 2.<sup>a</sup> audição  
(22 de Junho de 2012)

---

**SUMÁRIO**

(...)

Foi também ouvido, em audição, o Sr. Dr. Fernando Lima, Presidente do Grupo Galilei (ex-SLN), tendo usado da palavra os Srs. Deputados Ana Catarina Mendonça (PS), Afonso Oliveira (PSD), Honório Novo (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e João Semedo (BE).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 21 horas e 44 minutos.

(...)

Srs. Deputados, uma vez que o Dr. Fernando Lima já está presente, vamos continuar a reunião.

Agradeço ao Dr. Fernando Lima, Presidente do Grupo Galilei, a nova designação do Grupo SLN. Já informei o Dr. Fernando Lima que, querendo, pode fazer uma intervenção inicial que deve manter-se num tempo restrito. Haverá depois uma primeira ronda de perguntas dos Srs. Deputados, dando início a essa primeira ronda o Partido Socialista.

Agradecendo, mais uma vez, a presença do Dr. Fernando Lima, vou dar-lhe a palavra, de imediato, para fazer uma intervenção.

O Sr. Dr. **Fernando Lima** (Presidente do Grupo Galilei, ex-SLN):  
— Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de uma breve exposição inicial, queria aproveitar esta oportunidade para manifestar aqui, publicamente, em nome da Galilei, ex-SLN, a minha estupefação e indignação pelo facto de ter tomado conhecimento esta manhã de que o Banco de Portugal aplicou uma coima de 4 milhões de euros à Sociedade Holding Galilei, SGPS, quando aos restantes arguidos individuais aplicou valores inferiores a 1 milhão de euros.

Quer dizer, o grupo de sociedades que foi prejudicado por práticas de pessoas singulares e não beneficiado, quando devia ser compensado, está em risco de ter de pagar uma quantia que pode levar, de vez, à sua liquidação e deixar 1500 trabalhadores no desemprego, para além das economias de mais de 1100 acionistas que aqui puseram as suas pequenas poupanças.

Isto é totalmente absurdo, tanto mais que — e, se me permitirem, gostaria de referir isto, nesta intervenção inicial —, contrariamente ao que

tenho visto nalguma comunicação social, já antes da nacionalização, a parte não financeira do Grupo representava um sétimo dos ativos, tinha avultados prejuízos; formalmente, a nacionalização — dada a unidade que havia então no Grupo — gerou umas tantas absurdas repartições da sociedade e a dívida, que se diz que é de 1000 milhões, não reflete nem a realidade, nem a contabilidade, nem o que é comunicado oficialmente; a questão dos custos parqueados em *offshore* também não tem sido corretamente equacionada; a larga maioria das empresas do Grupo apresenta, sucessivamente, há muitos anos, prejuízos, contrariamente também a alguma ideia que tem vindo a surgir de que seriam sociedades altamente lucrativas. Aliás, isto mesmo, já na anterior Comissão de Inquérito à nacionalização do BPN, havia sido dito pelo então presidente da comissão executiva do Grupo, o Sr. Prof. Carvalho das Neves, quando, em alto e bom som, afirmou que o Grupo estava à beira da falência com uma larga maioria das empresas à venda na *Internet*. Felizmente, até agora, por um conjunto de atuações nos últimos três anos, isso ainda não aconteceu, apesar das imensas dificuldades.

Passava, então, Sr. Presidente, se me permite, de uma forma muito sintética, a fazer uma curta introdução de um documento que, se os Srs. Deputados assim o entenderem, poderei vir a revelar.

Para ser sintético dado o tempo que me deram, gostava de vos dizer que, à data da nacionalização, o Grupo encontrava-se muito enfocado no Banco Português de Negócios, digo a parte não financeira. Era, aliás, o principal financiador da maioria das áreas de negócios.

O BPN, banco, e as suas participadas, banco, detinham, como já referi, mais de € 7 B de ativos contra € 1. B das restantes unidades, no balanço de 2007. A área financeira, portanto, o Banco e o que foi nacionalizado, no balanço de 2007, teve um resultado positivo de 57

milhões, enquanto a área não financeira teve de prejuízo, no balanço de 2007, 27 milhões. A área não financeira, à data, era o principal cliente de crédito do BPN e das suas participadas.

Não vou aqui falar do tipo de estratégia que foi adotada ao longo dos anos pelo BPN — na altura, chamava-se Grupo BPN. Não sei se se recordam, mas — e tenho vários papéis e vários pacotes — nunca se referia Grupo SLN mas sempre Grupo BPN.

Posso dizer-vos que nenhuma área de negócio do Grupo, nos três anos anteriores à nacionalização, cresceu de forma rentável — aliás, tenho aqui os elementos que constam do balanço — e que a gestão do Grupo se encontrava totalmente desadequada face à sua dimensão e complexidade.

Posso dizer-vos que o impacto da nacionalização do Banco, então na SLN, hoje Galilei, teve algumas consequências, como há pouco referi, que considero absurdas do ponto de vista da repartição das sociedades. Por exemplo, foram abrangidas pela nacionalização o BPN, o Banco Efisa, o BPN Imofundos, o BPN Crédito, o BPN Gestão de Ativos, o BPN Cayman, o BPN IFI; o BPN Participações Brasil, o BPN Brasil, o BPN Creditus Brasil e a Real Vida Seguros.

Mas, na parte não financeira, ficaram: a Real Seguros, que foi uma seguradora; a Nossa Seguros, que também era uma seguradora; a AVS, que era uma corretora de seguros; a Solução, que era uma corretora de seguros; uma corretora financeira, que, aliás, ficou sempre a funcionar dentro do Banco; e, além de mais, outras áreas de negócio claramente financeiras, como a Rentilusa, a Easy Quick, que era a gestão do sistema *Netpay*, a Datacomp e, até, os serviços de limpeza e de seguranças, que eram exclusivos das instalações do Banco.

A nacionalização do BPN teve um forte impacto nas principais grandezas financeiras do Grupo. Repare-se, por exemplo, neste quadro

apresentado, revelando que em 2006 os ativos eram de 7.7; em 2007, eram 8.6; em 2008, 1.3, impacto da nacionalização; e 1, em 2009.

Devo dizer-vos que o resultado líquido em 2008 foi de 169 milhões negativos; em 2010, à volta de 5 milhões negativos; em 2012, de 2,7 milhões negativos.

Queria também referir que a nacionalização também teve, na repartição dos ativos imobiliários, uma consequência nem sempre fácil de deslindar.

Devo dizer-vos que os ativos imobiliários ficaram em fundos do BPN, como sejam o Hotel da Costa da Caparica, o Monte da Quinta, o Marinapart, o CNE, Coimbracar. Estes ativos ficaram na parte do Banco e a SLN ficou exclusivamente com a gestão dos mesmos, a maior parte dela deficitária, como poderei demonstrar daqui a pouco aos Srs. Deputados, se assim o entenderem.

Sr. Presidente, para abreviar, relativamente a duas questões — porque depois, nas respostas, provavelmente terei oportunidade de ser mais detalhado — que têm sido referidas com alguma insistência, gostaria de dizer aos Srs. Deputados que as *offshore*, de acordo com o célebre «projeto César»... Dizendo de outra maneira, se o Sr. Presidente me permitir: a dívida do Grupo Galilei à Parvalorem é, neste momento, de 109,42 milhões a entidades absolutamente formais e de 62 milhões a entidades informais.

**O Sr. Afonso Oliveira (PSD):** — Pode repetir?

**O Sr. Dr. Fernando Lima:** — Repito: a dívida formal do Grupo Galilei à Parvalorem é de 109,42 milhões e a dívida a que chamamos informal, porque vem de *offshore* reconhecidas, é de 62 milhões. Isto soma

cerca de 170 milhões, sendo, aliás, o endividamento bancário do Grupo SLN, na sua totalidade, de 170 milhões.

Dir-me-ão os Srs. Deputados: «mas, então e as dívidas das célebres *offshore* do célebre ‘projeto César’»? É preciso não confundir — e isso tem sido objeto de algumas discussões e de algumas análises, e muito bem — aquilo que são ligações de ordem formal com o que é verdadeiramente substancial.

Vou dizer-vos o que existe nas chamadas *offshore*, nas tais 70 ou 80 *offshore*. É isso que está em discussão e não é reconhecido como dívida. Sem ativos e sem passivos, havia quatro *offshore*; só com ativos monetários, havia seis *offshore*; com ações próprias da SLN, havia cinco *offshore*; financiadoras de uma operação de uma sociedade chamada Camden, havia oito *offshore*; referente a uma operação, que os senhores aqui muito debatem, chamada Porto Rico, havia quatro *offshore*; relativamente aos célebres quadros Miró, havia quatro *offshore*; relativamente a parqueamento de custos do próprio BPN (compra de balcões, pagamento de vencimentos, diferenças cambiais, financiamentos a outras entidades, etc.), há 195 milhões do Banco, embora, formalmente, digam que está ligada à SLN. Depois, há mais *offshore* — concretamente, 14 — que tinham participação financeiras em imobiliárias e em algumas empresas internacionais. Tudo isto somava 535 milhões. Hoje, já só soma 522 milhões.

Portanto, são estas *offshore* que, em termos substanciais, a Galilei não reconhece ou, pelo menos.... Não se trata de não reconhecer, tem vindo a analisar, aliás, temos todo esse processo, de acordo com o âmbito do «projeto César».

Às vezes, não consigo entender determinado tipo de observações. Verifico que, ainda não há muito tempo, os jornais referiram — não

percebo porquê, mas está dito nos jornais — que o Estado fica com 300 milhões de dívidas da SLN que o BIC recusou. Não vejo onde estão os 1000 milhões, nem percebo bem estes 300 milhões, porque os dados que dei aos Srs. Deputados são os dados da contabilidade. Aliás, não sei se os Srs. Deputados tiveram oportunidade de ler o Relatório de Gestão e Contas deste último ano, onde fizemos um balanço dos últimos três anos. Recomendo que façam detalhadamente essa leitura porque ficarão a conhecer o que se passou, rigorosamente, até ao tostão, nos últimos três anos, o que são os resultados das empresas e a atividade das empresas — todas — do Grupo SLN.

Depois, estes 300 milhões, curiosamente, até são referidos numa carta que o BPN enviou ao grupo Galilei em novembro do ano passado, referindo que a nossa dívida formal — não estavam naturalmente a referir-se às *offshore* — é de cerca de 309 milhões.

Sintetizava, porque não quero monopolizar a palavra, dizendo o que comecei por comentar: não entendo que uma sociedade que foi prejudicada por atos praticados por indivíduos há mais de cinco anos, num processo que se prolonga há dois anos, leve uma coima de 4 milhões, que põe em perigo a sua solvência, 1500 postos de trabalho e uma série de poupanças, e que esses arguidos, que, em nome individual, praticaram os atos, potencialmente, pelo menos, em termos de averiguação, acabem por ter coimas inferiores a 900 000 €. As sociedades do Grupo SLN estão todas em situação difícil e o Grupo apresentou sucessivamente, desde há muito tempo — antes da nacionalização e depois da nacionalização —, prejuízos, exceto em duas ou três sociedades que podemos identificar, mas que não tiveram relevância, e que, reconhecido, em balanço, como dívida do Grupo à Parvalorem, são cerca de 170 milhões de euros, sendo certo, naturalmente, que o tal «projeto César» nos levava a discutir — e sempre foi, de uma forma muito correta e muito leal — aquilo que, substancialmente, deveria ser imputado à SLN, hoje Galilei, ou ao Banco. Referi-vos as *offshore* e o que, dentro dessas *offshore*, estava.

Portanto, não reconhecemos — e julgo que o BPN também não reconhecerá — que o Grupo deva os tais 1000 milhões que eu vejo, no jornal, referidos, porque isso não tem expressão contabilística nenhuma em lado nenhum, nem tem qualquer valia jurídica.

Feita esta curta intervenção, estou à disposição dos Srs. Deputados para as perguntas a que, naturalmente, souber responder.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Fernando Lima, antecipando-me já aos demais Deputados da Comissão, creio que poderá ser útil, de facto, distribuir a apresentação que trouxe consigo, de forma a podermos



considerá-la, inclusive, talvez já nesta audição, com os dados que tem — e verifiquei que até tem mais dados do que aqueles que nos referiu...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sim, tentei ser sintético.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, se quiser entregá-la, fá-la-emos distribuir de imediato.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Com certeza!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça, do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Fernando Lima, antes de mais, em nome do Grupo Parlamentar do PS, queria pedir-lhe desculpa pelo tempo que esteve à espera, mas a audição anterior, de facto, demorou bastante tempo.

Queria, também, secundar o Sr. Presidente no pedido destes documentos e dos dados que agora nos traz que, pelo menos, nos desfazem algumas dúvidas quanto a números que aqui têm sido...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Peço desculpa interrompê-la, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas não sei se também quer o relatório e contas de 2011, onde isto tudo está referido.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Eu gostava, Sr. Dr. Aliás, o segundo pedido que lhe ia fazer era o relatório dos resultados dos últimos três anos, de que o Sr. Dr. acaba de falar.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — O relatório onde está tudo o que aconteceu nos últimos três anos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Dr., antes de começarmos com algumas perguntas — não muitas, para não o fazer estar aqui muito mais tempo —, queria pedir-lhe um comentário à notícia que hoje saiu (que, de resto, é de ontem), de um comunicado do Banco de Portugal sobre a conclusão do processo de contraordenação, que também dizia respeito à SLN.

Queria um comentário breve sobre essa conclusão dos processos e saber como a vê, no meio desta confusão que tem havido — no fundo, a sua intervenção também deixa transparecer a sua perplexidade com algumas das coimas em relação a uns e a outros.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, naturalmente vou responder-lhe de forma muito direta.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Só para completar a minha pergunta, também me sabe dizer quem iniciou este processo no Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Bom, eu entrei no Grupo SLN em fevereiro de 2009, portanto, julgo que todos estes processos já tinham sido iniciados antes da minha entrada. Enfim, não sei precisar por quem e em que data mas, quando eu entrei, já estavam em curso.

Quanto ao comentário que me pede, apenas reforço a minha intervenção inicial, que é: hoje de manhã, a sociedade SGPS — porque aquilo é um grupo de 70 sociedades — foi notificada de uma coima do Banco de Portugal de 4 milhões de euros, sendo certo que os restantes arguidos nesse processo têm todos coimas abaixo de 1 milhão, e sendo certo que eu, imediatamente, manifestei — e foi aqui que eu vim trazer — a minha estupefação, a minha indignação, pelo facto de se aplicar uma coima de 4 milhões à sociedade que foi prejudicada por um conjunto de atos de indivíduos individualmente reconhecidos.

Portanto, não tenho mais nenhum comentário, senão de estupefação e de indignação. Acho isto um absurdo total! Uma sociedade, ou um grupo de 70 sociedades, que emprega 1500 pessoas em cinco ou seis dos mais relevantes setores da atividade económica em Portugal, que vive com tremendas dificuldades — como os Srs. Deputados poderão verificar pelas contas, por relatórios e por quaisquer testemunhos — ainda por cima leva uma coima de 4 milhões de euros, inferiores, eventualmente, às dos autores dos atos danosos.... Bom, tenho alguma dificuldade em compreender isto. Até diria que, independentemente de todos os argumentos jurídicos e independentemente da impugnação que iremos fazer, não posso, publicamente, deixar de manifestar a minha repulsa e a minha indignação, é evidente!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — O Sr. Dr. deu, recentemente, uma entrevista — creio que em março de 2012 — e hoje traz

mais alguns dados aos que podia dar nessa altura, presumo eu, sobre as *offshore*.

Queria saber — temos feito esta pergunta, ao longo das audições, a vários depoentes, mas, evidentemente, é o senhor quem nos pode responder, se é que pode — quem são os detentores das ações das *offshore*.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Vamos lá ver: penso que há qualquer coisa a que, neste processo, nunca foi dada a devida relevância. Quando, há pouco, referi que, durante anos e anos, se falava no Grupo BPN e nunca no Grupo SLN, estávamos a falar — se a memória não me falha — de uma teia de 150 empresas e 98 *offshore*. Julgo que era esta a questão, à data da nacionalização ou, pelo menos, nas suas proximidades. Isto leva a que tudo estivesse superligado e superinterligado e, naturalmente, cria, até, algumas distorções e algumas dificuldades de análise. Tantas que, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe, a maior parte, ou uma grande parte, destas questões das *offshore* está sob investigação criminal. Também é preciso não esquecer isso! Tanto quanto é dito publicamente, estão a decorrer cerca de 19 ou 20 inquéritos — não sei exatamente, mas são 19 ou 20 inquéritos — à volta destas operações nas *offshore*, para se averiguar o que se passou.

Em termos puramente formais — que nem sempre correspondem à realidade das coisas, e por isso é que há estas investigações criminais, e por isso é que a imputação de custos nem sempre é fácil —, a forma como se organizaram as 150 empresas e as 98 *offshore* levou a que o último beneficiário — passe a expressão, é assim que é a expressão jurídica — seja uma *offshore*-mãe da SLN. Por isso, é muito fácil dizer que tudo o que está nas *offshore* é dívida, ou é problema, da SLN, quando toda a gente

sabia que, provavelmente, na prática, se tratava do Grupo BPN e que é uma questão puramente formal. Por isso, há pouco referi que, nas *offshore*, estão parqueadas dezenas de milhões de custos que foram, exclusivamente, do BPN.

Por exemplo — para sermos, aqui, um bocadinho mais agradáveis — , a que propósito é que a SLN havia de pagar a campanha publicitária do Figo no BPN? Está parqueado num *offshore* cujo último beneficiário somos nós. A que propósito é que, havendo nas *offshore* contas-investimento de clientes do BPN, a SLN havia de pagar só porque, formalmente, está ligada a uma *offshore*-mãe? A que propósito é que eu tenho que pagar vencimentos, em *offshore*, de funcionários que, ainda hoje, estão no BPN e não estão na Parvalorem? São pagamentos que, como os Srs. Deputados sabem, foram feitos através de *offshore*, e daí a existência do «projeto César», a análise, e daí, também, a análise de investigações criminais.

Portanto, não é um problema de ações, é um problema do último beneficiário, mas há que distinguir, muito claramente, entre aquilo que é uma mera formalidade e aquilo que é uma realidade substancial e factual.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Portanto, o que o Sr. Dr. está a dizer-me é que é muito difícil perceber quem são os detentores... Ou seja, no fundo, o Sr. Dr. diz...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Quem são os beneficiados e quem são os beneficiantes, exatamente! E por isso é que há investigações criminais e

por isso é que estou a dar alguns exemplos que, de facto, não correspondem a uma realidade puramente formal.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Há outra questão que gostaria de lhe colocar, não sei se me pode responder — talvez já não seja do seu tempo. Genericamente, como é que se processavam as transações das ações da SLN?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Bom, antes do meu tempo não sei. O que eu sei é como elas se fazem hoje: há uns estatutos da sociedade, esses estatutos da sociedade, sempre que alguém quer transacionar ações, obrigam a que a sociedade seja notificada sobre a quem se quer vender as ações, por que preço se quer vender as ações, e a sociedade é obrigada a notificar todos os acionistas para saber se algum quer exercer o direito de preferência. Este é o sistema atual, tem acontecido nalguns casos, desde que eu lá estou. Enfim, é o sistema atual. Como se passava antigamente, não sei.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Então, precisando a questão, o que o Sr. Dr. está a dizer-me é que, agora, há um regime claro, há regras claras sobre as transações. O que está a dizer-me é que, a partir de 2009, sob a sua presidência, se sabe exatamente como se fazem estas transações, quem faz, como faz...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não foi bem isso que eu disse! Eu disse que desconhecia totalmente como se faziam as transações anteriormente. Portanto, não posso dizer «é assim»!

O que eu lhe referi foi que, nos termos dos estatutos da sociedade, as regras são estas, e essas regras têm sido cumpridas. Não posso pronunciar-me, de todo, sobre o que se passou anteriormente, desconheço totalmente!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Coloco-lhe uma última questão.

O Sr. Dr., há pouco, deu vários nomes que eu não consegui apanhar, nomes que imagino que nos dê a seguir. Temos falado, ao longo dos tempos — aliás, a propósito da reprivatização do Banco e da venda do BPN ao BIC — na coleção Miró, porque a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado disse, aqui, que era um dos ativos que havia de reverter para o Estado quando fosse vendido. Já aqui foi dito, noutras audições, que não se podia determinar o «dono» da coleção Miró, uma vez que estava numa *offshore*. O Sr. Dr. diz que está sediada em quatro *offshore*. Foi isto que eu percebi?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sim, quatro *offshore* cujo último beneficiário é a tal *offshore* da... Vamos lá ver, também há uma grande confusão sobre os quadros Miró.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Era isso que eu lhe pedia que esclarecesse. É a minha última questão.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Tanto quanto conheço, há quadros Miró que pertencem ao Grupo SLN, nesta lógica formal de esta *holding* — passe a expressão «*offshore*-mãe» — ser dona de quatro *offshore* onde estão 37 quadros de Miró, salvo erro — peço desculpa se me enganar em um ou dois —, e esses serão considerados nossos, mas acho que são oitenta e tal quadros Miró. Portanto, no BPN propriamente dito, ou no BIC — não sei que negócio foi feito — há um conjunto de, pelo menos, 50 ou 45 quadros do Miró.

Portanto, não sei exatamente qual era a questão que a Sr. Dr.<sup>a</sup> queria pôr sobre essa matéria. Para mim é muito claro, quer dizer...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — A minha questão é a quem é que vai beneficiar...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — ... há quadros Miró que pertencem à Galilei, há quadros Miró que pertencem ao BPN. A questão é clara! Também lhe devo dizer, para ser correto, que, nas reuniões institucionais que existiram entre o Grupo Galilei e o BPN, se falou, muitas vezes — ou algumas vezes — de que, para pagar a dívida do Grupo Galilei ao Banco, seriam dados, em pagamento, os quadros de Miró que estariam nestas quatro *offshore*.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.



A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Não tenho mais questões, mas um curto comentário.

A questão da coleção Miró é, enfim, um mistério para todos nós ao longo dos tempos, porque, de facto, não se percebe como é que não se consegue dizer exatamente quem é o beneficiário de uma das coleções que se diz que há de ser vendida e reverter a favor do Estado e se, algum dia, se vai conseguir vender essa coleção. É a minha questão! Por isso lhe pedi este esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço-lhe imensa desculpa, mas penso que fui claro.

Os quadros Miró que estão em *offshore* e cuja última beneficiária é a *offshore*-mãe da Galilei, estão perfeitamente identificados, estão perfeitamente avaliados. Há outro conjunto de quadros, que não sei exatamente onde está mas que está no Grupo BPN e, tanto quanto sei, também estão identificados e estarão avaliados.

Aliás, uma informação de ordem prática: todos eles estão juntos nos cofres da Caixa Geral de Depósitos. Portanto, nem sequer estão no meu gabinete, na parte de trás, estão todos na Caixa Geral de Depósitos e penso que eles estão identificados.

Devo dizer-lhe que eu próprio mandei avaliar os quadros de Miró pela Christie's e pela Sotheby's e, portanto, não vejo, sinceramente, qual é a confusão atual, do ponto de vista da identificação, do que existe. Não compreendo.

Se são ou não vendáveis, esse é um problema do mercado de arte, e isso já não sei.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quer colocar mais alguma questão?

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Não, Sr. Presidente. Agradeço imenso, mas terminei.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira para colocar as suas questões, uma vez que o Sr. Deputado Honório Novo teve de se ausentar momentaneamente.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Fernando Lima, quero agradecer a sua presença nesta Comissão para nos prestar os esclarecimentos de que precisamos.

Vou fazer-lhe algumas perguntas muito diretas, para tentar ser o mais rápido possível.

O Sr. Dr. Fernando Lima é apenas administrador da Galilei ou é também acionista?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, não, sou pura e simplesmente administrador da Galilei, e devo dizer que fui para administrador da Galilei, na altura SLN, e conhecia muito pouco do Grupo Galilei. Aliás, praticamente nada, exceto aquilo de que ouvia falar nos jornais, e nunca fui acionista nem quero ser.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Dr., a pergunta que lhe faço tem a ver mesmo com isso, ou seja, pretendemos perceber até que ponto é que atribui importância à dimensão do problema alguém, digamos, de gestão pura e que não está ligado aos acionistas. A questão tem a ver com isso.

Gostaria também que desenvolvesse aqui, para todos percebermos, qual é, hoje, a atividade da Galilei. Isto para que os portugueses percebam e nós também.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, no documento que distribuí, acabei por não o ler todo, a sua parte final tem aquilo que, numa assembleia geral, em 31 de maio de 2009, foi apresentado, depois de termos feito um conjunto de análises sistemáticas sobre o que eram as empresas do chamado «plano estratégico» — peço desculpa pelo chavão — que pudesse, de alguma maneira, ainda salvar o Grupo SLN, que, naquela altura, estava, acreditem! à beira da falência.

Então, propusemos, e foi aprovado, que o Grupo SLN, hoje Galilei SGPS, tivesse o seu foco prioritário (aquilo que se denomina, na expressão inglesa, por *core business*) em cinco áreas fundamentais.

Na área da saúde, como os Srs. Deputados sabem, a Galilei Saúde tem várias entidades que operam nessa área, desde o British Hospital, ao IMI, à Microcular, à Cedima, enfim, um conjunto com enfoque na área da saúde.

Na área da distribuição automóvel, como os Srs. Deputados também sabem, o Grupo Galilei, na zona centro e na zona sul, era e é um grande distribuidor de automóveis, apesar da crise.

Na área imobiliária, o Grupo que tinha, na altura, várias sociedades com ativos imobiliários bastante grandes, embora, como se costuma dizer também em linguagem financeira, extremamente alavancados e alguns deles sujeitos a operações que estão sob investigação.

Na área de investimentos internacionais, existiam alguns terrenos em Angola e algumas participações — duas participações minoritárias, muito minoritárias — em blocos de petróleo em Angola, e havia, e ainda há, uma licença para erguer uma fábrica de cimento no Lobito. Portanto, também era uma área que...

As restantes áreas, isto é, a área da hotelaria, chamemos-lhe assim, a área do que restou, do ponto de vista financeiro, daquelas mais ou menos coisas absurdas que eu há pouco referi, na área dos seguros, da Fincor, da Corretagem, etc., era, seguramente, para alienar, e a única coisa que manteríamos como...

Também era para alienar a área agroindustrial. Como os Srs. Deputados sabem, o Grupo Galilei era, na altura, detentor de uma sociedade que era dona, ou, pelo menos, tinha a posição maioritária, dos Vinhos da Tapada do Chaves, da Murganheira, enfim, e de mais uns champanhes. Entendemos que aí tudo seria para alienar, exceto o souto de castanhas, em Bragança, uma coisa chamada Sortegel, que é o maior souto que existe na Europa.

Era também para nos desfazermos da chamada área industrial, que era encabeçada por uma sub-holding chamada Plêiade, que tinha uma fábrica,... não é bem uma fábrica mas, enfim, chamemos-lhe fábrica de

cimentos, a CNE, na área de Setúbal, e tinha participações na chamada Inapal, numa fornecedora de plásticos, quase exclusiva, para a Autoeuropa.

Assim, genericamente, fizemos um plano estratégico de reconversão, de reestruturação. Simultaneamente com isto, entendemos também fazer uma reestruturação de todos os nossos passivos, e assim foi. Com todos os nossos bancos, reestruturámos as dívidas, demos as garantias necessárias e também reestruturámos a liquidez, que era muito apertada e continua a ser extraordinariamente apertada.

Penso ter respondido, genericamente, às perguntas do Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr., a pergunta que lhe faço tem a ver também com a sua perspetiva, e a resposta foi nesse sentido, a perspetiva que o Grupo tem em relação ao seu futuro. Portanto, o plano estratégico que vai desenvolver prevê, com certeza, criar rentabilidade — é sempre essa a ideia dos grupos económicos —, ou potencial rentabilidade, a que se referiu, aliás, numa entrevista dizendo que há possibilidade de, no final do ano, estar já no *break-even*. Salvo erro, foi a referência que fez, se não estou enganado.

As perguntas que lhe deixo são estas: na estratégia definida pelo Grupo, qual é a componente que pensa afetar à liquidação de responsabilidades para com o Estado?

Gostava de saber também qual é o volume atual do crédito ou de dívida que tem para com o Estado — quando digo Estado refiro-me ao BPN ou à Parvalorem ou quem considerar que deve referenciar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, como é que se vê o futuro do Grupo e em especial a liquidação de dívidas ao Estado — é assim que refere.

Sr. Deputado, o futuro do Grupo é um futuro muito difícil. Aliás, os senhores terão ocasião de ler uma carta minha, escrita este ano, aos acionistas, 1100 acionistas — oiço sempre falar em 3 ou 4 acionistas e a sociedade tem 1100 acionistas — e verificarão que eu, de uma forma muito transparente, muito correta e muito leal, refiro que o Grupo tem viabilidade mas que tem escolhos e dificuldades pela sua frente, difíceis de ultrapassar, mas temos vontade e determinação pela frente.

Aliás, se os senhores lerem o relatório do balanço e contas deste ano, também verificarão que os auditores emitem a sua opinião e, ao emitirem a sua opinião, também, aqui ou acolá, fazem a sua observação sobre as dificuldades que o Grupo tem relativamente ao seu futuro. Mas acreditamos que ele tem futuro e tem sustentabilidade.

A ideia de liquidar dívidas ao Estado, confesso-lhe que tenho alguma dificuldade em entender, e vou-lhe explicar porquê.

Todas as dívidas que temos com o sistema financeiro, e isto inclui o BPN, estão estruturadas, como em qualquer relação institucional que exista, no prazo, nas carências, nos juros e, portanto, é uma questão de cumprirmos aquilo que foi efetiva e institucionalmente acordado em termos de estruturação de passivos, que, aliás, foi muito benéfica para o BPN. Aliás, como também para os outros bancos, não é só o caso do BPN, tivemos de estruturar todos os passivos, pois eles estavam todos vencidos e é preciso não esquecer isso.

Foi muito benéfico para o BPN, e vou-lhe explicar porquê: a maior parte das dívidas ao BPN não tinham garantias nenhuma. Portanto, as

dívidas foram todas reestruturadas, repito, nos seus prazos, nas suas carências, nos juros e foram dadas garantias, que não tinham. Naturalmente que são várias, são 70 empresas e todas terão, certamente, relações com muitas instituições financeiras e com o BPN. É uma questão de cumprirmos os acordos que estão feitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Dr. Fernando Lima, mas há uma volume de créditos que estão parqueados na Parvalorem, neste momento.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, são os mesmos que transitaram do BPN.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Qual é o volume global?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Referi há bocado, são 187 milhões de euros, do ponto de vista estritamente formal. Do ponto de vista daquilo que está nas *offshore*, que todos querem sempre incluir na dívida, dizendo que devemos 1000 milhões de euros, são os tais 522 milhões que há bocado tive oportunidade de referir — ou sob investigação criminal, ou porque são custos que substancialmente são imputáveis ao BPN, ou porque ainda não temos a certeza absoluta se devemos assumir ou não.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Faço a pergunta porque já foram aqui referenciados montantes completamente diferentes, ao longo das audições.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, mas tem os documentos...

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Por isso é que eu estou a insistir na pergunta...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — É uma questão factual! Tem os documentos perfeitamente auditados e vistos, distribuí-os hoje todos...

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — O Sr. Dr. faz referência, nessa entrevista que deu, que não está totalmente concluído, digamos, o trabalho entre a Galilei e o BPN. Isto foi dito pelo Sr. Dr. em março deste ano...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sim, é verdade. Foi o que acabei de referir há pouco. Numa atitude de grande colaboração institucional, iniciou-se — é o tal «projeto César», que já vem de há muito tempo — a análise *offshore* a *offshore* para se poder verificar nelas aquilo que verdadeiramente se poderia imputar à agora Galilei, então SLN, e aquilo que se deveria substancialmente imputar ao BPN.

Esse trabalho, como se trata de dezenas de *offshore*, de dezenas de itens, é um trabalho que eu diria que é uma teia de tal maneira construída que não é fácil de desfazer. Portanto, é um trabalho que demora muito tempo. Até porque há qualquer coisa que, já agora, gostaria aqui de referir, sem menoscabo para ninguém: quando houve a nacionalização, tudo ficou no BPN; na SLN ficou meia dúzia de funcionários e teve de se acoitar numas salas recuadas de uma coisa chamada Datacomp, e não tinha os dossiês com ela.



Portanto, reconstituir todo este processo do ponto de vista da Galilei, quando tudo ficou no Banco, porque tudo que estava no Banco...

O Banco é que tinha a informação toda, estava tudo no Banco e, portanto, repito, quando houve a nacionalização, a SLN ou o grupo de empresas, tiveram de sair do edifício da avenida António Augusto Aguiar, onde teoricamente estavam sediadas e tiveram de se acoitar numas salas emprestadas numa empresa chamada Datacomp, sem a maior parte dos dossiês. Depois, naturalmente, com o tempo, vieram a ser recuperados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Dr. Fernando Lima, faço essa pergunta porque foi a referência que fez na entrevista. Há uma série de dados que não estavam, para nós, claros e é importante que fiquem muito claros.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não. Muito bem! Agradeço a oportunidade.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Dr., tenho aqui uma informação de que a Galilei aprovou uma dação em pagamento para pagamento de dívidas à Caixa Geral de Depósitos/BPN, ao longo deste período. Confirma?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não sei exatamente ao que o Sr. Deputado está a referir-se.

Há pouco dei nota de que, em conversas no âmbito do «projeto César» com o BPN, relativamente a algumas *offshore* e, nomeadamente, nos casos dos quadros de Miró, foi encarada a hipótese de serem dados em pagamento para pagar dívidas. Mas concretamente não tenho ideia de se ter feito uma operação de dação em pagamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Tenho aqui esta informação, mas se me diz que não, não vou...

O Sr. **Fernando Lima**: — Não, Sr. Deputado. Repare, sou presidente de uma *holding* que tem 70 empresas! Não vai querer que eu conheça os pormenores todos! Não tenho ideia de que tenha existido qualquer dação em pagamento, mas pode ter existido ou na área imobiliária ou... É provável. Mas se me identificar, posso pedir elementos sobre essa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Não tenho muitas mais perguntas, mas vou fazer uma cuja razão de ser tem muito a ver com uma das razões desta Comissão de Inquérito: percebermos quais são os ativos, quais são as dívidas, quais são os volumes que estão em causa aqui e em todo o processo do BPN. Era importante percebermos qual é o volume de crédito que está na Parvalorem, nas várias empresas, e qual é a atitude que a Galilei tem prevista, para o futuro, na liquidação das responsabilidades. É um pouco esta a intenção.

Faço-lhe uma última pergunta, que tem muito a ver, também, com a questão inicial que eu coloquei, à volta dos passivos: a Galilei pensa vender ativos para liquidar responsabilidades? Para além da questão comercial, de que me falou, das empresas em que está envolvido, dos negócios em que está envolvido, qual é a estratégia a esse nível? Pensa ou não em vender ativos para liquidar as responsabilidades?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Dr., agora já lhe posso responder mais concretamente, porque já tenho aqui o documento, mas penso que fui

claro, há pouco, quando referi que a administração entendeu que se deveria, na reestruturação de 2009, focar exclusivamente no setor automóvel, no setor da saúde, no setor imobiliário, e naquelas participações que referi. O que significa, *a contrario*, que teríamos de fazer um esforço de alienação daquilo que nos dava prejuízo ou não estava no *core business*.

Por exemplo: havia uma companhia chamada Real Seguros Não Vida; quando, em fevereiro de 2009, entrámos para a administração, fomos chamados pelo Instituto de Seguros de Portugal dizendo que ou se fazia uma injeção de 80 milhões ou a empresa era intervencionada. Tivemos de tomar atitudes nessa matéria, e a empresa foi vendida — como os senhores sabem, e foi público — à Lusitânia. Também havia uma corretora chamada AVS Solução que foi, nessa altura — já lá vão três anos! — vendida.

Referi-lhe, também, que o setor agroalimentar não era um setor que fosse *core business* — aliás, este já foi um negócio feito (peço desculpa pela expressão) durante a gestão do Dr. Miguel Cadilhe, respeitante ao Tapada do Chaves e à Raposeira, que foram vendidos.

Também lhe referi que o setor — passe a expressão — industrial, que estava sob uma *sub-holding*, a Plêiade, não tinha razão para se manter, dados os seus altos prejuízos. Havia a tal Inapal Plásticos, uma coisa chamada VSegur, uma coisa chamada Limpeque e Serviplex — que eram, respetivamente, as empresas responsáveis pela segurança e pela limpeza do Banco —, havia a tal empresa CNE que, entretanto, foi apresentada a insolvência, e tínhamos uma participação de 33% — repito isto, porque vi no jornal, no outro dia, uma informação que é errada — mas não tínhamos, não participávamos, na gestão de uma empresa chamada Omni, que era — era e é! — uma das empresas que, na aviação privada em Portugal, tinha mais reputação. Era uma participação de 33%, e não nos interessava ter essa participação.

Portanto, não vejo, aqui, mais nada... Aliás, ainda há a área hoteleira, como lhe referi há pouco, que também está nos nossos planos mas que, infelizmente, como todos sabemos, em Portugal está a passar uma crise tão grande ou maior que a imobiliária. Portanto, provavelmente, isso não acontecerá tão cedo e os prejuízos são muito grandes. Ou seja, havia uma área hoteleira que também não nos interessava, logo, também está na disponibilidade de ser alienada, nem que seja para cobrir os sucessivos prejuízos dos últimos anos.

Esqueci-me de referir — peço desculpa, porque são muitas coisas — um setor que chamávamos «Novas Tecnologias», onde estavam incluídas a Bizfirst, a Easy Quick, a NLS, que tem tudo a ver com o sistema de pagamentos de cartões de crédito, *Netpay*, etc., e também uma participação no Siresp, como os senhores sabem, que é o sistema de emergência civil — penso eu — em Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Coloco-lhe uma última pergunta: se, porventura — aliás, como refere na entrevista, e faço referência aos dados que foi apresentando em março de 2012 —, dizia eu, se, porventura, e sendo esse o objetivo da empresa, conseguir ter lucros, digamos assim, a afetação desses lucros será para liquidar responsabilidades ou será para remunerar os acionistas? Qual é a prioridade da empresa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, a nossa postura como administração, neste momento, é só uma: garantir a sobrevivência das

empresas e os 1500 postos de trabalho. No dia em que aquilo tiver resultados, a minha proposta será sempre que esses resultados sejam incorporados na empresa e que sirvam para reforçar os capitais próprios da empresa. Aliás, tenho dito isso várias vezes aos senhores acionistas.

Agora, se me disser que daqui a 10, 15, 20 anos, isto é tudo superpróspero e há possibilidade de distribuir dividendos, naturalmente que isso será... Aliás, devo dizer-lhe que a competência para distribuir dividendos não é do conselho de administração. O conselho de administração, quando muito, pode propor, mas os senhores acionistas é que têm, de facto, o poder de distribuir ou não distribuir. Mas, Sr. Deputado, julgo que estamos longe, ainda, de poder falar em distribuição de dividendos. Tomáramos nós que as empresas sobrevivam todas.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Honório Novo, do PCP, para colocar as suas questões.

O Sr. **Honório Novo** (PCP):— Sr. Presidente, queria cumprimentar o Sr. Dr. Fernando Lima e agradecer a amabilidade que teve em aceitar o nosso convite para discutirmos estas matérias.

Começo por dizer que, naturalmente, agradeço a intervenção inicial do Sr. Dr., que suponho estar neste *PowerPoint*. No entanto, como é evidente, é difícil analisá-la e ponderá-la de uma forma completa e rigorosa, até porque expõe — pelo menos, ouvi, ou julgo ter ouvido, da sua parte — alguns números que, pela diferença substancial que apresenta perante números aqui apontados pelos responsáveis do BPN, e responsáveis políticos também, não só durante esta Comissão de Inquérito mas durante vários anos, que exigem, porventura, uma ponderação, da nossa parte, daquilo que está aqui escrito, uma comparação e uma eventual

acareação no domínio desta Comissão de Inquérito. Não está fora de causa que, depois de devidamente analisados, solicitemos a responsáveis do BPN e da SLN uma acareação, para percebermos onde começa o erro de uns e onde começa a verdade de outros.

De facto, a sua intervenção não veio separar as águas, veio, eventualmente, avolumar as nuvens. Mas reservo-me para, mais tarde, fazer uma análise da sua intervenção inicial que consta deste documento.

De qualquer maneira, começava por...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o Sr. Dr. Fernando Lima queria fazer uma observação, se lhe permitir.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Só um curto esclarecimento, Sr. Deputado. Este documento que distribuí não foi feito para a Comissão. É um documento de discussão interna que achei útil trazer para esclarecimento mas, como o senhor vê, até pelo título *A Evolução recente do Grupo Galilei e seus Desafios para o Futuro*, foi feito para a administração da Galilei, para podermos elaborar o nosso relatório e contas. Faço esse curto esclarecimento: não foi feito propositadamente para a Comissão.

Quanto aos outros números, Sr. Deputado, esclareço que está tudo no relatório e contas de 2011.

O Sr. **Presidente**: — O relatório e contas vai ser também distribuído. Sr. Deputado, faça favor de continuar a sua intervenção.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr., agradeço, mas não era necessário o seu esclarecimento, porque eu percebi que o documento era de

janeiro de 2011. Ora, estamos em junho de 2012, logo, necessariamente, este documento não foi feito para nós. Mas a verdade é que foi acompanhado pela expressão de números que contraditam, em absoluto, aqueles que também são oficiais e nos foram expressados por uma outra entidade, chamada BPN.

Portanto, começo por questionar o seguinte: quando o convidaram para administrar a SLN, em janeiro de 2009, sabia que tinha havido uma demissão de uma administração precedente que tinha sido do Grupo e continuou a ser, apenas, da SLN. Queria perceber que tipo de informações, que tipo de análise, que tipo de discussões teve com os acionistas que o convidaram e que justificações lhe foram dadas para a demissão dos seus antecessores.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Dr., quanto à última parte da sua questão, naturalmente não me foram dadas quaisquer razões para aquilo que o Sr. Deputado referiu, a demissão dos antecessores. Eu fui, apenas, substituir o Dr. Miguel Cadilhe. Depois de ter substituído o Dr. Miguel Cadilhe, os restantes elementos da administração apresentaram a sua demissão, sendo certo que, depois, convidei outros elementos para poderem fazer parte da administração, que foram cooptados e, posteriormente, ratificados em assembleia geral.

Quanto às razões da aceitação, Sr. Deputado, eu sou gestor de empresas há cerca de 35 anos, tenho, julgo eu, passado por muitas, e até das maiores, empresas portuguesas, e achei que o desafio que me era colocado, em termos puramente empresariais — portanto, sem olhar para razões de ordem política nem para razões de ordem de investigação



criminal —, desafio, esse, de olhar para um conjunto de empresas cujos dados que me deram eram de empresas em sérias dificuldades, era um desafio que, depois destes anos todos de experiência em gestão de empresas, e algumas com grande sucesso em Portugal, eu devia aceitar.

Portanto, aquilo que me apresentaram foi um mundo de empresas desorganizado, desestruturado, com prejuízos significativos, com anomalias e absurdidades nas relações que tinham com o Banco que foi nacionalizado, um mundo que tinha um conjunto de atos potencialmente lesivos e danosos, que, aliás, depois me passaram — o Sr. Dr. Miguel Cadilhe teve a bondade de me passar um dossiê completo daquilo que entendia que eram os casos danosos.

Achei que seria um desafio interessante, para mim e para uma equipa que eu gostaria de constituir, poder olhar para este universo completamente desorganizado, que, na altura, tinha 4500 trabalhadores, e que vi — pelo menos, pelos números e pelas empresas e pelas suas potencialidades e pelas análises e pela minha experiência — que, provavelmente, ainda conseguiria viabilizar. Torno, aqui, a recordar que o então presidente da comissão executiva da SLN, o Prof. Carvalho das Neves — aliás, um eminente professor na área das reestruturações das empresas — disse, na primeira comissão, que o Grupo estava todo falido. Aliás, ele ainda foi, comigo, administrador, e disse-me isso várias vezes. Mas eu aceitei o desafio e, portanto, esse desafio é aquele que, depois, consta nesta parte final do documento, da forma como nós tentámos, empresarialmente — foi a minha única preocupação de sempre — dar a volta e viabilizar o Grupo e estas empresas, com a preocupação de a maior parte delas não falir. Aliás, até hoje só três ou quatro é que faliram, mas já faliram algumas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr., há, de facto, necessidade de desagregar e de separar águas em toda esta matéria e, por exemplo — suponho que sabe mas, se não sabe, fica informado —, do ponto de vista do PCP, a decisão de nacionalização, ou melhor, de nacionalização dos prejuízos do Grupo BPN (é assim que a designamos), é uma decisão inaceitável. Estivemos frontalmente com ela, entre outras razões pelo facto de ter desestruturado e desagregado um Grupo e ter perdido ativos que, porventura, pudessem ter equilibrado os buracos que se vieram a verificar no BPN.

Também é verdade que consideramos que o universo de acionistas da SLN era totalmente heterogéneo, mas tinha um bom grupo deles que eram os maiores acionistas e que foram na sombra, de uma forma ativa também, responsáveis por tudo o que se passou no Grupo. Temos essa convicção — aliás, suficientemente demonstrada —, e eu gostava de perceber, exatamente, quem foram os acionistas que o convidaram para um desafio tão difícil como foi esse que, à partida, lhe colocaram, e se lhe deram documentação que lhe permitisse avaliar, antes de aceitar, o panorama de facto do Grupo, agora Grupo SLN.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, naturalmente que sim, não me custa nada dizê-lo.

Mas quero fazer uma pequena precisão: não conheci o BPN, nem sou especialista em gestão bancária, não sei quais foram as razões que levaram à nacionalização do BPN...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Nem eu o questioneei sobre isso!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, mas é só para lhe dizer o seguinte: tenho ouvido, várias vezes, por parte do PCP, esta expressão de nacionalização dos prejuízos do Grupo BNP e não sei se essa expressão é dita em contraposição — pelo menos, eu assim a interpreto — aos resultados positivos da parte não nacionalizada. E isso é que eu acho, Sr. Deputado, que não corresponde à verdade, porque a parte não financeira do Grupo, já antes da nacionalização, há muito que apresentava prejuízos.

Mas digo-lhe concretamente quem me convidou, Sr. Deputado. Quem me convidou foi o Sr. Alberto Figueiredo e o Sr. Adelino Silva, dois administradores de uma sociedade chamada SLN Valor, que me deram, naturalmente, os elementos que, na altura, tinham. Acionistas que se apresentaram como pessoas que se consideravam absolutamente enganadas por todo o processo no qual se tinham visto envolvidas.

Portanto, de uma forma indignada, de uma forma, diria, quase vitimizada, entenderam que tinham sido completamente enganados; tinham elementos que, agora sim, depois das auditorias que o Sr. Dr. Miguel Cadilhe fez, permitiram ter consciência plena disso e, portanto, foram eles que me convidaram.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr., entre esses acionistas estava também o Eng.º Almiro Silva, por exemplo?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, o Sr. Almiro Silva...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O Sr. Dr. Joaquim Coimbra?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — O Sr. Almiro Silva não me convidou. Estou a dizer-lhe, concretamente, que quem se dirigiu ao meu escritório de advocacia (porque também tenho um escritório de advocacia) para me convidar foi o Sr. Alberto Figueiredo e o Sr. Adelino Silva, em representação de uma sociedade chamada SLN Valor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mas o Eng.º Almiro Silva fez parte do seu primeiro conselho ou faz parte do conselho de administração...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, não. Isso é evidente. Era membro do conselho de administração da altura.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Estes dois acionistas tinham a representação maioritária do Grupo SLN, para ter força para o nomear?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, eles eram o presidente e administrador da SLN Valor, que tem uma participação na Galilei SGPS, se a memória agora não me falha, de 33%. Qual é a participação que eles individualmente detêm na SLN Valor, não sei. Mas a ideia que tenho é que não são maioritários, nem de longe, nem de perto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr., não, não são, estão longe de ser, segundo julgo saber.

O Sr. Dr. deu uma entrevista no jornal *Expresso*, com algum tempo, que dizia duas coisas: «sempre que detetar operações irregulares e que tenham criado prejuízos, não deixarei de atuar judicialmente». Depois avançou com uma outra ideia, que ia avançar com ações que responsabilizassem gestores e ex-gestores que tivessem causado prejuízos, como fez a equipa Cadilhe ao avançar com o arresto dos bens de Oliveira Costa.

Sr. Dr., a questão que quero colocar é a seguinte: que resultados é que teve desta disponibilização e desta vontade de apurar responsabilidades no Grupo SLN?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, primeira ação: constituímo-nos assistentes em todos os processos-crime e em todas as investigações-crime que correm.

Como julgo que o Sr. Deputado Honório Novo deve saber, em termos jurídicos, os pedidos cíveis de indemnização referentes aos processos-crime que decorrem são deduzidos nesses processos-crime, depois dos mesmos finalizados. Portanto, constituímo-nos assistentes e manifestámos a nossa posição no processo no sentido de que queríamos, depois, pôr os processos cíveis inerentes àqueles processos-crime. E como esses processos-crime, de uma maneira genérica, ou as investigações,

cobrem praticamente todos os casos danosos, naturalmente que não sobra muito mais para pôr ações autónomas. Portanto, vimo-nos nesta impotência, peço desculpa pela expressão, de ter que esperar, na maior parte dos casos, se não na totalidade, pelo resultado final dos processos-crime para, depois, podermos pedir as ações cíveis e as condenações inerentes àquilo que vier a ser apurado, a final, nesses mesmos processos-crime.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr., o esquema do Grupo tem uma conotação negativa, deixe-me utilizar o termo.

O esquema montado em redor do Grupo SLN/BPN era, fundamentalmente, utilizar o BPN e os bancos insulares, e por aí fora, para financiar ilegalmente empresas do Grupo SLN. Este é o esquema reconhecido, desde o Banco de Portugal ao PCP — veja lá, temos isto em comum, esta ideia em comum! — para beneficiar e financiar empresas do Grupo SLN, escolhidas a dedo, naturalmente, aquelas que eram detidas ou administradas por alguns dos acionistas maioritários do Grupo SLN. Isto é uma verdade absolutamente incontroversa. O Sr. Dr. não me diga que nunca se tinha apercebido disso?! Pela sua reação visual parece que não!

Pergunto, muito concretamente, se criada esta estrutura, o Sr. Dr., dentro desta disponibilidade manifestada e, para além da assistência, que não é pouco, em processos em curso, verificou, na estrutura que lhe coube nas mãos, onde é que estavam os «nós górdios» e que ações ou, enfim, que investigação empresarial interna, ou auditoria interna, é que determinou junto destas empresas, responsáveis e acionistas – e digo com propriedade acionistas – implicados neste processo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, sabe que a minha formação é de advogado...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sei muitíssimo bem que o Sr. Dr. é advogado! Aliás, num grande gabinete de advogados.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Grande, não. São 10 pessoas! Deixe estar que não é muito grande...

Portanto, a formação de advogado leva a que as pessoas se pronunciem sobre factos.

O Sr. Deputado refere que a maior parte das operações — comprovada e reconhecidamente por toda a gente, enfim, no oriente, no ocidente, no norte e no sul — foram para financiar ilegalmente empresas do Grupo SLN. Pergunto: empresas ou pessoas?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — As duas coisas! As duas coisas, Sr. Dr.!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — No caso das empresas, são casos — como o Sr. Deputado sabe, e podemos enumerar alguns que são conhecidos publicamente — que estão sob investigação criminal. No caso de pessoas, também aquelas que são conhecidas estão sob investigação criminal.

Os casos que posso enumerar — mas, enfim, o Sr. Deputado sabe melhor do que eu, está certamente muito melhor documentado do que eu sobre essa matéria — são casos que estão em investigação criminal e,

enfim, não tenho qualquer informação privilegiada sobre essa matéria, nem tenho de ter, porque está em segredo de justiça, mas tenho-os aqui, e nós colaborámos sempre. Eu próprio fui algumas vezes prestar declarações, já na posição de quem poderia fornecer elementos, abri sempre as portas à sociedade e a quem quisesse lá ir buscar os elementos para poder complementar as informações. Mas, Sr. Deputado, já ouvi falar na Deveco, no Grupo Lousaflores, na Plexpart, Domurbanis, Tocatel, na Webster, na Siris, na Brainware, Sopromat, na Varona, na Porto Rico, na Bamart, na Erei... Sei lá que mais...

Todos estes casos foram denunciados, seguidos e fornecidos todos os elementos que foram pedidos pelas entidades encarregadas da investigação. Portanto, foi dada sequência e, em alguns casos, matéria nova, a tudo aquilo que, aliás, em abono da verdade, também já vinha de trás. Tem de se fazer justiça a que na gestão do Dr. Miguel Cadilhe a maior parte, se não a totalidade, destes casos que podemos chamar danosos foram identificados e, portanto, demos sequência e fornecemos toda a informação.

Agora, não sei que mais o Sr. Deputado quer que eu responda.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Dr, só quero que responda àquilo que quiser e souber.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Só sei isto. Quer dizer, é tudo o que sei, não sei mais.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Acredito, acredito. Às vezes, fico um pouco espantado, mas acredito.



O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Mas, neste caso, não tem que ficar espantado, Sr. Deputado.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mas, Sr. Dr., basta-me registar que os senhores se constituíram assistentes em todos os processos, que não encontraram matéria para investigar situações novas para além daquelas que vinham do passado, do Dr. Cadilhe, e daquelas que estavam em curso e que eram objeto de investigação no DCIAP e que os senhores se constituíram assistentes.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não. Houve mais dois ou três casos que detetámos, mas depois posso fornecer à Comissão. Houve mais dois ou três casos que detetámos, em que fizemos as queixas inerentes, de que neste momento não me recordo, mas farei chegar à Comissão esses casos.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Acho espantoso como o senhor, praticamente da minha idade — somos quase da mesma idade —, com a experiência que tem de gestão, estivesse disponível para gerir um Grupo deste tipo, com os problemas e com má imagem que tinha.

Devo dizer-lhe que muito dos acionistas — e, quando digo acionistas, refiro-me a alguns acionistas de referência, aqueles que representavam, de facto, mais de 50% do capital — não eram muito boa gente, ou melhor, gente muito recomendada, não quer dizer que fossem, enfim, maus homens ou estivessem a praticar ilegalidades todos os dias.

Por exemplo, vou dizer-lhe uma pessoa que foi enganada por estes acionistas: chama-se Miguel Cadilhe e os respetivos membros do conselho de administração. Sabe porquê, Sr. Dr.? Vou dizer-lhe: porque convidaram

o Sr. Dr. Miguel Cadilhe para administrar também o Grupo e, enfim, deram-lhe uma série de informações mas furtaram-lhe, não lhe deram a conhecer um documento essencial, que era do conhecimento de toda a gente com algum peso dentro do Grupo, chama-se *Estado da Nação*, que era a «fotografia» da situação do Grupo no início de 2008. Só lhe chegou às mãos, a este grupo de pessoas, no dia 31 de dezembro de 2008. Acaba o Dr. Meira Fernandes de confirmar isto mesmo aqui, à Comissão.

Portanto, como vê, há pessoas em que, enfim, às vezes, não se deve acreditar naquilo que dizem. E sabe quem é que foi uma das pessoas que convidou o Dr. Miguel Cadilhe, o Dr. Meira Fernandes e o Dr. Carvalho das Neves, a quem essa pessoa não forneceu estes elementos? Chama-se Almiro Silva.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Mas o Sr. Almiro não me convidou.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sei que não o convidou, mas convidou-os a eles, faz parte da sua administração, é acionista importante e é um, entre outros, daqueles que, a este nível, enganou a administração Cadilhe, isto é, não lhes deu todo o «retrato fotográfico», todo o diagnóstico daquilo que era o Grupo SLN.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, a afirmação é sua, eu não sei.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Aliás, não lhe fiz nenhuma pergunta Sr. Dr.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — O Sr. Deputado está a inferir ao contrário. É que, de facto... Vou colocar a questão de outra maneira. O Sr. Deputado está a dizer que eu, afinal, também fui enganado pelos acionistas.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não estou a dizer isso. Fiz-lhe essa pergunta há pouco, e o Sr. Dr. disse que não. Disse-me que tinha recebido todos os elementos necessários e, portanto, disse-lhe: atenção, registo a sua vontade, a sua coragem, mas ao mesmo tempo alerto-o para que, enfim, às vezes aquilo que parece não é e o que é, às vezes, também não parece.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas deixe-me fazer uma observação.

Não posso fazer juízo de valores sobre as pessoas sem dados concretos e, portanto, não posso dizer que o Sr. *A*, o Sr. *B* ou o Sr. *C* são pessoas que roubam, são pessoas que enganam, são pessoas que burlam, sem ter factos concretos ou provas disso, apenas porque tenho algum sentimento ou alguma fé que isso pode ser assim ou porque penso que não são pessoas recomendáveis.

Bom, tenho uma formação moral, Sr. Deputado, como o senhor sabe — podemos discutir aqui, e estou disponível para o discutir —, que me leva a que, de facto, não faça juízos nem levianos nem precipitados sobre a personalidade, o temperamento, o carácter ou a forma de atuar das pessoas.

Fui convidado por duas pessoas que considero seriíssimas, que é o Sr. Alberto Figueiredo e o Sr. Adelino Silva. E não tive, até hoje, qualquer contato com outro acionista, antes pelo contrário, o qual possa dizer o contrário do que estou a dizer.

Posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que a maior parte dos acionistas com quem contato, pequenos acionistas, muito pequenos acionistas, vêm ter

comigo e bater-me à porta, alguns a chorar, porque meteram lá as suas poupanças; são pessoas que se sentem verdadeiramente vitimizadas e enganadas em todo este processo.

Já agora, acerca da minha coragem, Sr. Deputado — e agradeço a sua observação e a sua expressão —, devo dizer que é idêntica àquela cujos princípios o seu partido defende: a defesa dos postos de trabalho das pessoas que lá estão.

Preocupo-me diariamente, Sr. Deputado. Pode ser demagogia, mas é a demagogia que o senhor tem de ouvir. O senhor não sabe se sou da esquerda, se sou da direita ou se sou do centro.

Sabe com o que me preocupo diariamente, Sr. Deputado? E digo-lho isto com toda a sinceridade e sem demagogia: que as pessoas que lá trabalham possam continuar a pôr a sopa na mesa, à noite, em casa, possam pagar as escolas dos seus filhos e possam continuar a viver uma vida digna.

E sabe o que é uma vida digna, Sr. Deputado? É aquilo que dizia o Sr. Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas, há muitos anos: uma vida digna são, pelo menos, 2000 calorias por dia, um teto para dormir e livros para estudar. É, pois, com isso que me preocupo nas minhas sociedades. E tenho exemplos disso nas outras sociedades por onde passei.

Não faço juízos sobre os valores e sobre as pessoas. Interessam-me, fundamentalmente, as pessoas que lá trabalham e as pequenas poupanças, Sr. Deputado. Convidava-o a falar com os 1000 pequenos acionistas que puseram lá as suas pequenas poupanças, alguns deles donos de várias fábricas e de vários comércios, que foram à falência por causa das poupanças que colocaram no BPN. É com esses que também nos devemos preocupar e é por esses que também luto, porque foram verdadeiramente enganados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, agradeço-lhe que venha aqui, perante nós, responder às perguntas. Não lhe agradeço que venha aqui manipular.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, não manipulo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Portanto, quando o senhor manipular, tenho de lhe responder à altura.

O senhor ouviu-me, no início, fazer a distinção exata entre o que era a maior parte dos acionistas e a meia dúzia daqueles que dominaram e beneficiaram do Grupo. No entanto, agora esqueceu. Como também esqueceu...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Eu não conheço essa realidade...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Agora estou eu no uso da palavra, se me permite.

Como também esqueceu aquilo que eu disse aqui hoje: para melhor defender os interesses do Grupo e os interesses coletivos e públicos dos interesses nacionais, o Governo deveria ter nacionalizado o Grupo e não apenas a parte financeira. Era a melhor maneira de defender o conjunto. Embora eu registe que em 2008 havia 4500 trabalhadores e que hoje haja 1500 trabalhadores no Grupo SLN.

Mas queria colocar-lhe uma questão que tem a ver com os acionistas e as associações de acionistas.

É ou não verdade que o Grupo SLN cedeu uma instalação para uma campanha eleitoral para a presidência da República? Não sei se é verdade, pelo que pergunto se confirma esta notícia. Pergunto se a instalação foi cedida ou alugada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Foi alugada e as rendas foram recebidas. Tratou-se de um 2.º andar na Rua Marquês da Fronteira, em frente ao Corte Inglés.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Agora queria falar-lhe de um tema, que é o único para o qual ainda disponho de tempo nesta primeira volta.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Posso ou não explicar-lhe os 4500 e os 1500 trabalhadores?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Pode utilizar o tempo da resposta seguinte para o fazer, se quiser.

Agora queria colocar-lhe uma questão sobre um caso concreto, que tem a ver com a empresa Bizfirst.

A empresa Bizfirst era uma empresa fornecedora de *software* para o sistema de descontos eletrónicos nas máquinas ATM do Banco BPN. A gestão do BPN decidiu alterar este *software* e rescindir contrato com a Bizfirst.

Esta questão tem suscitado alguma polémica ao longo destes anos. Um dos argumentos usados por quem decidiu desta forma foi o de que a administração da SLN estava desinteressada deste negócio e que, estando

desinteressada, sinalizou, indiciou que se o BPN, eventualmente, decidisse rescindir o contrato e transformá-lo numa outra prestação de serviços com outra empresa — no caso concreto a SIBS — não haveria problema.

Desejava que o Sr. Doutor se pronunciasse sobre este tema, confirmando ou desmentindo a posição da administração da SLN relativamente a esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — De facto, como o Sr. Deputado referiu, a Bizfirst... Havia aquilo a que se chama a rede *Netpay*. Não se tratava só das ATM, mas também dos 25 000 terminais nos comerciantes, nos restaurantes, etc.

A Bizfirst era uma das empresas lucrativas que, se calhar, na nacionalização, devia ter ido com o Banco, mas ficou do lado da SLN.

*Vozes inaudíveis.*

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não! Não tenho que falar verdade?! Só que, no conjunto, depois, tudo dá prejuízo. Mas esta, por acaso, dava resultados pequenos, mas dava resultados.

A empresa Bizfirst fornecia o *software*, mas é preciso dizer mais qualquer coisa nesta matéria: é que havia uma outra empresa, chamada Easy Quick, que fazia o *hardware*, isto é, as coisas materiais, os terminais e tudo isso. E havia ainda uma outra empresa, chamada Datacomp, que fazia a conservação das tecnologias, fazia a conservação de tudo isso.

Não sei se sabe, Sr. Deputado, que correm várias ações em tribunal postas pela Bizfirst contra o BPN, insurgindo-se contra a situação que o Sr. Deputado acabou de referir.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sei! Quase 20 milhões de euros!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Portanto, isso significa que, provavelmente — pelo menos é indiciário forte —, no Grupo Galilei ou na ex-SLN não se manifestou essa disponibilidade que o Sr. Dr. Fernando Lima acabou de referir. Devo até dizer-lhe o seguinte: por causa da forma...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr. Fernando Lima, deixe-me interromper.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, já agora deixe-me dizer-lhe qual a consequência disto tudo.

De facto, ao ser tomada a posição, por razões que foram aduzidas — e não vou aqui discuti-las —, levou a uma situação um pouco caricata. Repare: mudou-se o sistema *Netpay* para a SIBS — costumo até caricaturar um pouco, dizendo que desligou-se a ficha de um lado e pôs-se a ficha no outro lado.

A Bizfirst deixou de fornecer o seu *software*. Entretanto, havia uma empresa chamada Easy Quick — a tal que fornecia o *hardware* e que deixou de o poder fornecer — que tinha sido financiada pelo Banco. E o Banco passou a dizer «a empresa Easy Quick deve-nos não sei quantos milhões».



A Datacomp, que fornecia ao Banco praticamente toda a tecnologia, e que tinha 195 trabalhadores, teve que despedir a maior parte deles por causa desta operação, porque, depois, já não fazia sentido, ela já não existia. Esta é a consequência ou o resultado final de o sistema da rede *Netpay* ter passado para a SIBS.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — A decisão tomada pela gestão do BPN, questionada durante vários anos pelo PCP, resultou numa argumentação explícita de um dos administradores do BPN que importa aqui recordar: disse que foi a administração da SLN — está gravado e em ata — que mostrou desinteresse na continuação deste negócio e daí ter-se avançado com a rescisão desse contrato.

É verdade que a Bizfirst tem dois processos em tribunal contra o BPN que, salvo erro, totalizam, em conjunto, muito perto de 20 milhões de euros. É verdade.

E por aqui me fico. As restantes perguntas ficam para a segunda fase. E são importantes, porque são relativas a contas.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Quero só precisar o seguinte, Sr. Deputado: como sabe, a rede *Netpay* tinha 25 000 terminais, e era uma injeção de *cash* diária no Banco. Era concorrente da SIBS e, aliás, tinha taxas mais atrativas que a SIBS. Como sabe, até houve umas queixas na Autoridade da Concorrência sobre esta matéria.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Estamos de acordo, está a ver?

E mais: é um dos negócios lucrativos, um dos poucos, senão o único, negócio lucrativo dentro do BPN. Também foi aqui dito pelo mesmo administrador.

O Sr. **Presidente**: — Vou agora dar a palavra ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Dr. Fernando Lima já aqui esclareceu os termos em que assumiu a presidência da administração do Grupo SLN, depois Galilei. O resto do conselho de administração como é que foi formado? Foi o Sr. Doutor que convidou as pessoas? As pessoas foram indicadas por acionistas? Se assim foi, por que acionistas foram indicadas? E qual foi o critério para a constituição dessa equipa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Quando entrei, o mandato estava a correr. Não fui eleito, fui apenas terminar um mandato, que, aliás, terminou agora em 31 de maio, na última assembleia-geral.

O único administrador que se manteve vindo da administração anterior foi o Sr. Almiro Silva. Os restantes administradores foram por mim convidados sem qualquer questionamento por parte dos acionistas ou qualquer intervenção dos mesmos, e foram-no porque entendi que qualquer deles tinha as competências profissionais para poder gerir cada um dos setores.

Tratava-se de uma *holding*, com as *sub-holdings*, e cada *sub-holding* tinha de ter alguém competente. Por exemplo, para o caso da saúde, fui convidar o Sr. Dr. Monteiro de Lemos, um gestor experiente, que foi presidente da TAP, presidente da RTP, presidente durante muitos anos da

PT-ACS, Associação Cuidados de Saúde, consultor da saúde. Convidei-o, pois, para presidir à área da saúde.

Outro exemplo: fui buscar o Sr. Dr. Rui Ferreira, um homem que vinha de várias empresas de construção, nomeadamente empresas espanholas, cuja competência na área imobiliária era reconhecida por todos e que era apoiado pela empresa imobiliária, ou pelo menos de consultoria imobiliária, que em Portugal toda a gente reconhece ser a mais idónea, que é uma empresa chamada Rock Building.

Do ponto de vista financeiro, convidei o Sr. Prof. Carvalho das Neves. Tinha o seu adjunto, diretor financeiro — eu nem o conhecia, mas ele referiu-me a sua alta competência e, portanto, foi promovido de diretor financeiro a administrador financeiro.

Também escolhi para a área agroindustrial e também para a área das novas tecnologias um galego — peço desculpa pela expressão, disse «galego» no bom sentido da palavra, porque é originário da Galiza e fala em galego — porque a sua experiência profissional nesta área era muito grande.

Portanto, fui buscar pessoas que eram da minha confiança, por um lado, e, por outro, com a competência necessária para ocupar cada um desses lugares. Nenhum foi indicado pelos acionistas e devo dizer-lhe que nenhum dos acionistas os conhecia. Foram inteiramente da minha responsabilidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Dizer que nenhum dos acionistas os conhecia é uma afirmação difícil. Ter essa certeza, com a

quantidade de acionistas que tem... Percebo que não tenham sido indicados, mas fazer uma afirmação dessa maneira não me parece que seja...

O Sr. **Dr. Fernando Lima**: — Tem toda a razão, Sr. Deputado. Pode ser que, entre os 1100 acionistas, haja alguém que os conheça. Mas queria referir-me à ideia de que é sempre...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tal como o Sr. Doutor, nenhum deles era acionista?

O Sr. **Dr. Fernando Lima**: — Nenhum deles era acionista.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Almiro Silva ficou na administração por que razão?

O Sr. **Dr. Fernando Lima**: — Porque estava a meio de um mandato e, portanto, estava a cumprir o seu mandato.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi-nos aqui dito que, quando a administração anterior àquela a que o Sr. Doutor presidiu saiu da SLN, uma das razões que a levou a sair foi sentir que não tinha — diria eu, e esta contextualização é da minha responsabilidade — a confiança dos acionistas, pelo menos a confiança suficiente, e que (é *ipsis verbis*) «sentia que os acionistas entendiam que deviam ter na administração pessoas mais flexíveis». Tem algum comentário a fazer a esta análise? Percebe porque é que isto é dito?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não tenho nenhum comentário a fazer. Devo dizer-lhe que a pasta, se assim se pode dizer, foi-me passada pelo Dr. Miguel Cadilhe, em dossiês bem elaborados, em dossiês que davam conta de tudo quanto a sua gestão entendia que devia passar, e o Sr. Dr. Miguel Cadilhe nunca me fez referência a essas questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida (CDS-PP)**: — Mas também nos foi dito que, a partir de certa altura, a relação com os acionistas era difícil da parte da administração anterior porque essa administração tinha tido uma política de revelar — relativamente àquilo que era o universo do grupo — uma série de situações, inclusivamente de participar delas, e que isso teria gerado mau ambiente nos acionistas. O Sr. Doutor teve sempre um bom ambiente com os acionistas?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, nunca tive conhecimento disso. Como já aqui referiu, os acionistas que me convidaram sentiram-se enganados e estavam indignados com toda a situação. Mas, com estes acionistas, nunca tive má relação.

Aliás, devo dizer que tive sempre a maior das autonomias na gestão das empresas. Nunca os acionistas interferiram na gestão, nunca me pediram fosse o que fosse, nunca exerceram qualquer pressão. Limito-me, como qualquer gestor, a raciocinar e a prestar contas da gestão, mas nos momentos próprios.

Uma coisa são os órgãos de gestão, outra coisa são as assembleias gerais de acionistas, e nós prestamos contas, nos momentos próprios, aos

acionistas. Devo dizer que a minha relação com os acionistas é estupenda, nunca tive problema nenhum. Apoiaram, em termos genéricos...Sabe que, nas assembleias gerais, onde estiveram de 600 a 700 pessoas, todos os planos e contas que apresentei foram aprovados sempre por maiorias muito significativas — a maior parte das vezes até acima dos 90%, coisa que me incomodava, porque eu gosto de ser contestado, não é? Ou seja, de qualquer maneira, sempre tive apoio. Mas nunca interferiram, nem nunca me pediram nada, nem nunca me pressionaram fosse para o que fosse. Portanto, é uma excelente relação com todos os acionistas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Dr. compreenderá que faça estas perguntas porque tivemos, aqui, um administrador anterior que nos descreveu uma situação da sociedade substancialmente diferente dessa e isso era até, de alguma forma, compreensível. Tendo acontecido ao Grupo o que aconteceu — e o Sr. Dr. também já aqui descreveu isso —, tendo em conta as consequências que isso teve para o Grupo, tendo sido disposta uma série de situações, é natural... Também já Deputados que me antecederam falaram disso mesmo, no âmbito do que foi designado *Estado da Nação*, que foi uma exposição da situação do Grupo, que era diferente daquilo que a maioria dos acionistas sabia e era apenas do conhecimento de uma pequena parte dos acionistas.

O que nos foi dito por um representante da administração anterior foi que essa administração sentiu que, da parte desses acionistas, não havia confiança para que a administração mantivesse esse trabalho, que esses

acionistas pretendiam ter uma administração que fosse mais flexível. O Sr. Dr. diz-nos, agora, que nunca teve problema algum com nenhum dos acionistas. Permita-me que lhe pergunte se acha que não teve esses problemas porque, de facto, teve essa flexibilidade que a anterior administração sentia que os acionistas pretendiam.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, não quero dizer que o senhor me esteja a difamar, mas acabei de lhe dizer...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não pode mesmo dizê-lo, porque não estou.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Eu acabei de lhe dizer que a minha gestão, nestes últimos três anos, foi absolutamente autónoma, que não tive pressão de nenhum acionista, não tive pedido de nenhum acionista, e que me limitei a prestar contas, nas assembleias gerais, aos acionistas, exceto num chamado «conselho superior», que convoquei por duas vezes porque é um órgão institucional, em que também expliquei qual era a situação da sociedade e ninguém, de alguma forma, questionou fosse o que fosse.

Portanto, Sr. Deputado, se a administração anterior sentiu isso, eu não senti. É uma questão de sensibilidade, não sei, não conheço a administração anterior.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Dr., acho que toda a gente tem noção de que há diferentes tipos de acionistas na SLN, e ficou bastante claro, na anterior comissão de inquérito, que havia, mesmo, um pequeno grupo de acionistas da SLN que tinha, sobre o Grupo, uma influência e um controlo que escapavam ao restante universo de acionistas. Pareceu-me, há pouco, quando o Sr. Deputado Honório Novo estava a questioná-lo e falou sobre a existência de diferentes tipos de acionistas dentro da SLN — não o disse ao microfone e, por isso, eu esclareço —, que não teria essa noção dessa divergência.

O Sr. Dr. tem ou não noção de que, no Grupo SLN, houve sempre — temos, pelo menos, relato disso pelas mais diversas fontes, posso citar inúmeros casos — um pequeno grupo de acionistas que tinha uma posição, diria eu (e é responsabilidade minha), privilegiada e que, depois, houve, de facto, muitos outros acionistas — aliás, o Sr. Dr. já o disse aqui, e nós não temos nenhuma dúvida sobre isso — que foram enganados? E entre os que foram enganados, também deve dizer-se, há os que foram enganados mas que, até certa altura, se calhar, não tiveram muito interesse em não o ser, porque beneficiaram disso. Também devemos dizê-lo porque, quando se beneficia de condições seja de empréstimos, seja de remuneração, seja da não apresentação de garantias, e de uma série de fatores que, em mercado, não se conseguem encontrar em outros concorrentes, quer dizer, quem não desconfie perde um bocadinho legitimidade para dizer que foi enganado. Mas há outros que não beneficiaram de nada disso e que, de facto, foram enganados.

O Sr. Dr. nunca teve a noção de que havia estes diferentes tipos de acionistas? Aqueles que tinham, de facto, uma participação muito profunda nos vários instrumentos do Grupo e que tinham, em toda a arquitetura do Grupo, uma influência decisiva, aqueles que, não tendo essa influência



decisiva, beneficiaram da forma como o Grupo estava organizado e da ligação que o Grupo tinha ao BPN e, depois, sim, aquele Grupo que foi enganado?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, temos experiência de vida suficiente para saber, numa sociedade, quem tem mais capital, quem tem menos capital e que quem tem mais capital, provavelmente, terá tendência para pressionar mais no sentido daquilo que entende e que quem tem menos capital tem menos essa tendência. Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que já fui presidente de uma das maiores empresas em Portugal, com 70% do capital espalhado pelo mundo inteiro, e havia, realmente, um acionista com 10% que, enfim, achava que, pelo facto de ter 10%, podia ter uma palavra mais forte.

Portanto, naturalmente tenho noção, com certeza! Acabei de lhe dizer, por exemplo, que a SLN Valor tem 33%, logo, naturalmente que é uma acionista de peso e o seu voto nas assembleias gerais tem mais peso, provavelmente, do que o de quem tem 1000 ações, ou o de quem tem 500 ações. Isso é uma realidade, uma facticidade, de que não tenho dúvida nenhuma. Portanto, podem não aprovar, podem chumbar-me as contas.

Outra coisa que lhe disse foi que a minha independência leva a que, apesar do facto de existir essa realidade, eu não seja influenciado por ela. Foi isso que lhe disse há pouco e que continuo a referir. Essa realidade pode ter existido, essa realidade pode ser factual, podem existir acionistas com maior capital e acionistas com menor capital. O que lhe digo é que a minha independência da gestão não se deixa influenciar por isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com certeza, Sr. Dr. Mas concordará, também, que é importante, para quem administra uma sociedade, ter noção de que, relativamente aos acionistas, há este tipo de organização e, de facto, conhecer a estrutura acionista.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Dr. sabe, por exemplo, o que é o Grupo dos 10, que diz respeito a determinados acionistas do BPN?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, não sei! Não sei!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O Grupo do *Estado da Nação*!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Dr. nunca ouviu falar do Grupo dos 10?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Nessa altura, eu não estava lá. Quer dizer, já ouvi falar...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Já ouviu falar!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Claro que já! Os senhores falam tanto nisso que a gente acaba por saber!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Porque nós falamos! Não deixa de ser extraordinário o Sr. Dr. saber do *Estado da Nação* porque nós falamos muito disso!... Isso, de facto...

*Risos.*

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, então, se eu entrei em fevereiro de 2009, acha que eu conhecia o *Estado da Nação*? Só conheci depois de ter ouvido na primeira comissão de inquérito!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Nem o Dr. Cadilhe conhecia!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Dr., acho que é assim: o Dr. Cadilhe, de facto, pode dizer isso, mas o Sr. Dr. já não pode dizer porque, nessa altura, já se sabia! Isso o Sr. Dr. não pode dizer!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Eu estou a dizer que sabia, que soube publicamente.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com certeza que soube!

E também tem conhecimento de que houve acionistas que se mantiveram na SLN e, depois na Galilei, que beneficiaram de empréstimos em condições favoráveis e sem prestarem as correspondentes garantias.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, não soube! Peço desculpa, mas não soube!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ignora completamente essa situação?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Eu entrei na SLN depois da nacionalização do Banco e, portanto, não sei nem das relações dos acionistas com o Banco, nem das relações da SLN com o Banco. Peço desculpa, mas não sei!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é uma questão de pedir desculpa, é uma questão de ser surpreendente que...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, peço-lhe imensa desculpa. Então, o senhor entra para uma sociedade em fevereiro de 2009, para um conjunto empresarial que já não tem nada a ver com o BPN... Devia ter, sabe que eu até acho que devia ter, porque a nossa relação com o BPN foi uma relação institucional, de cliente para Banco, e eu até achava o contrário, achava que, dado o passado, a relação até devia ter sido diferente. Mas foi uma relação puramente institucional, de cliente para Banco.

Portanto, não sei — nem quis saber, porque já lhe disse que o que me interessava era ser gestor daquelas empresas e levá-las avante —, rigorosamente, qual foi a relação dos acionistas, no passado, com o Banco. Nem tinha que saber! Mas a que propósito é que havia de saber?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A propósito, designadamente, de muitas dessas operações terem sido feitas através de

veículos, de empresas, que pertenciam ao Grupo SLN. É uma boa razão para saber isso mesmo, Sr. Dr.!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, isso está sob investigação criminal e segredo de justiça, como o senhor sabe!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Do que estiver sob segredo de justiça, o Sr. Dr. não tem de falar aqui, mas não tem de dizer que desconhece! Pode dizer que há matérias...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Mas não conheço!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Dr. disse que desconhecia que houvesse esse benefício! O Sr. Dr., enquanto presidente do Grupo Galilei, nunca foi confrontado com o facto de haver empresas do Grupo em que tinham participação acionistas da SLN com financiamentos do BPN sem terem as correspondentes garantias?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Só conheço um caso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ao longo deste tempo todo, nunca foi confrontado com isso?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, não conheço!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Assustar-nos-ia, da parte do BPN, se isso não tivesse acontecido!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, peço desculpa! Quer dizer, a única coisa que eu conheço, nessa matéria, é um processo judicial que corre e que está em julgamento, e de cuja acusação, realmente, tive conhecimento. É a única coisa que eu conheço. O resto não sei porque hei de conhecer! É que não conheço! É que não conheço mesmo!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Outra boa razão é que o Sr. Dr. já mostrou, também,...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Conheço a acusação que foi feita no processo que está a correr. O resto não conheço!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Dr. já demonstrou, aqui, que ouviu aquilo que nós dizemos e que até toma conhecimento de algumas das coisas que, hoje em dia, sabe pelo que se diz nestas comissões de inquérito.

O Sr. Dr. não ignora que, na anterior comissão de inquérito, anteriores responsáveis do BPN disseram, testemunharam, aqui, que havia vários acionistas do Grupo SLN que tinham beneficiado com essas operações. Tem conhecimento disso!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, entre a afirmação genérica e o caso concreto vai um passo muito grande! Se o senhor me disser assim: «O Sr. Manuel e o Sr. Joaquim, tiveram um empréstimo  $x$  na data tal, nas condições tal, sem garantia tal», isso, para mim, é que é um facto concreto. Agora, dizer que os acionistas tiveram... Bom, é possível, mas eu não sei!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Então, vamos a isso, Sr. Dr.

O Sr. Albano Oliveira é acionista da Galilei?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Quem?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Albano Oliveira.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — O Sr. Albano Oliveira... Conheço o Sr. Albano Oliveira, teve e tem relações com a SLN e a Galilei. Não sei precisar se ele é acionista. Não sei precisar. É possível que seja,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro, claro!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — ... mas não sei precisar se ele tem ações.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E não sabe se há *offshore* que tenham pago compras de terrenos desta pessoa em Luanda? Também não conhece essa situação?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, isso não sei!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Conhece uma empresa chamada Abnerka?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Conheço! Quer dizer, ouvi falar, mas não é um *offshore* nosso.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tem noção de que essa empresa comprou terrenos desta pessoa em Luanda? Sabe disso, não?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Ouvi falar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas foi confrontado com a existência desta empresa no âmbito do «projeto César»?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não. No âmbito do «projeto César», não fui confrontado com a existência dessa empresa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois, mas consta da documentação do BPN que, no âmbito do «projeto César», essa empresa foi discutida com a SLN, designadamente com a hipótese...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim, sim!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Quer que lhe mostre todas as discussões que tivemos, no BPN, sobre o «projeto César»? Posso fazer chegar à Comissão as atas e... Posso estar enganado, mas tenho aqui a lista das *offshore*, as discussões...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tenho ideia de que há uma lista e que é mesmo a primeira empresa de todas essas.



O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, não! Não, não!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, haverá que confrontar isso.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — É possível. Quer dizer... A Oakleigh Holdings... a Abnerka! Tem razão, Sr. Deputado! Tem toda a razão!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Está aqui no historial completo. Peço-lhe desculpa, mas em 70 *offshore*...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com certeza! São muitas empresas. Escapou, pronto!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Está aqui o papel. Peço desculpa. Confirmei.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É que eu tinha ouvido falar e, de facto, era mesmo no «projeto César», veja lá!

O Sr. Dr. Fernando Lima: — Confirmei, confirmei! Sabe, em 98 *offshore* nem sempre se tem tudo na cabeça.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois, esse é o problema do Grupo, também.

Sr. Dr., não tendo já muito tempo, gostava de colocar-lhe outra questão concreta, que o Sr. Deputado Honório Novo colocou no fim, mas que é muito relevante e que tem a ver com o *Netpay* e com a *Bizfirst*.

O Sr. Dr. referiu, já no fim da resposta, que havia, também, uns processos na Autoridade de Concorrência. Temos, de facto, notícia de que houve uns processos na Autoridade da Concorrência. O Sr. Dr. sabe quem foi o autor das queixas que deram origem a esses processos e qual foi a sequência que esses processos tiveram?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Julgo que o problema com a Autoridade da Concorrência... Não sei precisar, mas a ideia que tenho é que esses processos na Autoridade da Concorrência já vêm de trás. Não foi uma questão mais recente, foi uma questão que já vinha de trás. Portanto, é a ideia que tenho, mas não sei precisar, exatamente, quando começou e por quem foi começado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Esses processos subsistem ou houve desistência dos processos?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Eu acho que não houve desistência dos processos mas, sinceramente, não sei qual foi o resultado disso.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Eu não queria intervir nem meter o pé em seara alheia, mas eu quase cortava o pescoço que...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu sei!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Ai sabe? Está bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Dr., a Bizfirst é totalmente detida pela Galilei, ou tem outros sócios?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — A Bizfirst, se a memória não me falha, é detida a 88% pelo Grupo Galilei e a restante parte pelo Sr. Avelino Ribeiro, se a memória não me falha, que é administrador-delegado e que, com toda a autonomia e com toda a legitimidade, gere a empresa e, de facto, é ele que conduz verdadeiramente os destinos da empresa. Sem prejuízo de a Galilei ter lá um administrador — chamemos-lhe agora, por facilidade — não executivo, que vai acompanhando a gestão que o Sr. Avelino Ribeiro faz.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, foi da iniciativa desse administrador-delegado, que é, também...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sim, é verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... sócio da empresa, intentar a ação contra...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — É verdade que me dizem que o Sr. Avelino Ribeiro foi sempre o grande impulsionador destas questões.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado. Era, exatamente, essa a informação que tínhamos, a de que esse sócio minoritário é que tinha tido a iniciativa deste processo.

Sr. Dr., há pouco tive de me ausentar momentaneamente da sala e não sei se depois esclareceu a questão relativamente à coleção Miró, sobre uma eventual dação em pagamento. Houve alguma deliberação da Galilei no sentido de haver uma dação em pagamento cujo objeto fosse constituído pela coleção Miró?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Houve, mas não foi concretizada.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não foi concretizada porquê?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Porque, entretanto, o tempo foi passando...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Só havia as molduras!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, não havia só as molduras. Sabe, eles existem de facto.

Vou explicar-lhe por que é que não se concretizou. Porque, a dada altura, a operação da dação em pagamento tinha de ser estudada do ponto de vista fiscal porque havia problemas de IVA, pelo que era preciso esclarecer essa matéria da forma mais adequada. Foi o próprio BPN que, na altura, nos pôs o problema de que teria que ser aprofundado um estudo fiscal.

Entretanto, como o Sr. Deputado sabe, as questões do BPN, nomeadamente a da privatização, foram decorrendo a tal ponto que, provavelmente, nos últimos meses, a relação BPN e Parvalorem, enfim, não tem sido tão profícua quanto foi em meses passados, dado este período de privatizações, de administrações e toda essa matéria. Foi por essa razão, não houve nada de especial.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nada de especial é uma maneira de ver o assunto, Sr. Dr. Fernando Lima.

Mas é verdade que houve, quer da parte da Galilei quer da parte da Parvalorem, deliberações no sentido de esta dação se concretizar?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sim, sim!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi, portanto, por razões fiscais e por iniciativa...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Foi o próprio BPN que, na altura, pôs a questão de que teríamos de analisar um pouco mais profundamente a maneira de fazer esta operação, porquanto havia que tomar em consideração, nas avaliações, o IVA que se tinha de pagar, salvo erro... Não sou especialista em fiscal, mas havia essa questão, portanto, pediu-se a um especialista que estudasse essa matéria.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, não foi pela Galilei que a dação não se concretizou, foi pelo BPN?

O Dr. **Fernando Lima**: — Não, não! Aliás, há atas de reuniões. Devo dizer-lhe que o conselho de administração da Galilei e o conselho de administração do BPN fizeram algumas reuniões conjuntas para análise dos problemas pendentes e que, nas atas dessas reuniões conjuntas, consta esta questão. Portanto, é questão de ir ler; está lá exatamente aquilo que o Sr. Deputado acabou de referir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por isso é que estou a perguntar!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Está lá exatamente isso que o Sr. Deputado acabou de referir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Dr., dentro da atenção que tem tido aos trabalhos desta Comissão, não sei se já abordámos aqui mais do que uma vez, uma operação que, diria eu, gerou polémica, entre o BPN e a Galilei, que tem que ver com duas empresas, a Aldine e a Marazion, relativa a uma transferência de cerca de 0,5 milhões de euros em novembro de 2011.

São duas *offshore* que o BPN identifica como tendo como última beneficiária a Galilei, sendo que uma delas transferiu para outra uma conta de cerca de 0,5 milhões de euros que tinha no BPN e essa outra, por sua vez, transferiu para uma conta no estrangeiro, o que foi interpretado pelo BPN como um ato hostil e que defraudava as expetativas do BPN.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — É verdade o que o Sr. Deputado diz, mas não é menos verdade que depois esclarecemos devidamente o BPN sobre o que se passou.

Portanto, dou-lhe nota, se me permite, de uma carta escrita pela responsável — enfim, porque as empresas têm responsáveis por estas coisas não é? — do departamento que trata destas matérias, que diz o seguinte: «(...) no âmbito do 'Projeto César' e em conjunto com o BPN,...» — isto depois foi enviado para o BPN — «... no final do ano de 2010 deu-se início ao processo de dissolução da sociedade Aldine Services LTD, que não tinha passivo bancário, e o único ativo que possuía era um depósito à ordem de 609 522,61 € Em Março de 2011, para se poder concluir o processo de dissolução (...) transferiu-se o saldo da Aldine para a conta da Marazion (último beneficiário), junto do BPN, ou seja, a transferência foi realizada entre contas do BPN IFI, sem qualquer saída de dinheiro do BPN.»

Relativamente a essa conta da Marazion junto do BPN IFI, esta foi apenas utilizada para fazer pagamentos aos fiduciários, responsáveis pela gestão e cumprimentos de todos os requisitos legais associados à manutenção e funcionamento das sociedades não residentes. Sem este apoio dos fiduciários não temos capacidade de obter informações nem manter as *offshore* «vivas», uma vez que parte destes *fees* que pagamos servem para a manutenção das sociedades naqueles regimes. Caso deixássemos de liquidar estes *fees*, automaticamente os fiduciários demitir-se-iam de gestores das sociedades e as mesmas encerravam, com todas as consequências que daí advêm.

Portanto, depois dessa manifestação do BPN, nós esclarecemos e enviámos ao BPN esta carta que acabei de ler.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade, Sr. Dr.. Mas também é verdade que junto dessa entidade é a SLN que aparece como última beneficiária.

Foi-nos aqui dito que o próprio BPN estudou juridicamente, durante meses, a hipótese de, diria, impugnar essa operação. Portanto, apesar da explicação da SLN e desse esclarecimento, continuou a não ser pacífico para o BPN que esta operação não fosse hostil.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não me pareceu, das conversas que tive com o BPN, que, depois desta explicação, não tivesse sido entendido.

O dinheiro não saiu do BPN; era para, em benefício do próprio BPN, manter as *offshore* «vivas», porque se elas fechassem então é que tínhamos um sarilho de primeira apanha para esclarecer isto tudo.

Portanto, depois deste esclarecimento, não vejo por que é que o BPN ainda hoje diz isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas, da informação que temos...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — A ideia que o BPN teria transmitido — pelo menos, na altura, com alguma indignação e eu percebo — é se teríamos utilizado e tirado este dinheiro fora do circuito. Não é verdade! Está dada aqui a explicação.



O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade como, Sr. Dr.? O dinheiro não foi para pagar esses *fees*?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Para os fiduciários, sim...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas os fiduciários não são do BPN, portanto o dinheiro saiu do BPN?!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não! Vou voltar a ler.

A dissolução da Aldine foi combinada com o BPN. «no final do ano de 2010 deu-se início ao processo de dissolução da sociedade Aldine Services LTD, que não tinha passivo bancário, e o único ativo era um depósito à ordem de 609 522,61 € Em março de 2011, para se poder concluir o processo de dissolução (...) transferiu-se o saldo da Aldine para a conta da Marazion...» — portanto, estamos a falar de contas que estão no próprio BPN — «... (último beneficiário), junto do BPN (...)». Ou seja, a transferência foi feita entre contas do BPN, sem qualquer saída de dinheiro do Banco, e o que o BPN teria interpretado, e que não é verdade, é que teríamos tirado o dinheiro do BPN.

Está dada aqui a explicação.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas que *fees* é que foram pagas com esse dinheiro? E para onde?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Que *fees* e para onde, como? Não estou a perceber a sua questão, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Dr. não disse e leu...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — O Sr. Deputado conhece o funcionamento das *offshore*?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sabe como é que funciona?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Conheço!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Tem de pagar aos fiduciários.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Conheço, inclusivamente, qual a fiduciária para quem esse dinheiro foi transferido.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Se não pagar aos fiduciários, os fiduciários pura e simplesmente encerram...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas eu não estou a pôr isso em causa. Só estou a perguntar o seguinte: que sociedade *offshore* é que pagou esses *fees* e a quem é que as pagou?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Está aqui Sr. Deputado. Vou voltar a ler: «(...) deu-se início ao processo de dissolução da sociedade Aldine Services (...)» Portanto, foi a Aldine!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A seguir.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Foi o dinheiro da Aldine que saiu de uma conta para outra da Marazion.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Está bem! E da Marazion saiu para onde?

É isso que lhe estou a perguntar.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Para pagar aos fiduciários das *offshore*.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas estou a perguntar-lhe isso desde o início. Que saiu da Aldine para a Marazion já eu lhe tinha dito, Sr. Dr. Estou a perguntar é da Marazion, saiu para onde, para pagar o quê e se foi, ou não, para fora do universo BPN.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Mas eu disse-lhe. Sr. Deputado: para fazer pagamentos aos fiduciários responsáveis pela gestão e cumprimento de todos os requisitos legais associados à manutenção e funcionamento das sociedades não residentes.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — De que sociedade?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Bom, já percebi! Quer saber as sociedades todas. Mando-lhe uma lista porque, neste momento, não sei.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quero saber a sociedade ou as sociedades das quais foram pagos esses *fees*.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não sei! Neste momento, não sei responder, mas mandar-lhe-ei certamente a lista com o nome dessas sociedades.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Alguma vez, oficial ou oficiosamente, lhe foi solicitado por alguém do BPN que a Galilei desistisse da ação que tinha intentado judicialmente, a propósito do sistema de pagamento *NetPay*, e intentada pela *NetBiz*?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Houve conversas nesse sentido numa reunião entre as administrações das duas sociedades, mas na perspetiva de que as ações tinham sido postas individualmente, também, quanto aos administradores do BPN.

Portanto, as ações postas pela *Bizfirst* foram contra o BPN e, também, em nome individual contra os administradores do BPN.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Todos?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não tenho a certeza, Sr. Deputado, mas julgo que era o Dr. Francisco Bandeira, o Dr. Norberto Rosa, não sei quem mais... Confesso-lhe que... Destes dois nomes, lembro-me.

Portanto, realmente, numa reunião conjunta de administrações, falou-se nesse assunto dada a incomodidade pessoal desta situação e se, efetivamente, poderíamos encontrar uma solução em relação aos administradores.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quem é que fez esse pedido, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Julgo que decorreu da conversa conjunta, mas já não me recordo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Naturalmente, mas o pedido deve ser verbalizado por alguém, ainda que numa conversa conjunta.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — O Sr. Deputado poderá recordar, se tiver consigo a ata, eu não me recordo. Encontrava-se presente toda a administração, quer do BPN quer da Galilei. Portanto, se tiver consigo a ata...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como tal, a administração do BPN solicitou que a Galilei desistisse das ações individuais contra os administradores, mas, relativamente à ação contra o BPN, não havia qualquer problema.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não. O problema não é posto dessa forma! O problema é posto pela incomodidade de haver ações pessoais contra administradores, independentemente do fundo da questão, ou seja, se relativamente a esses administradores, se poderia, ou não, considerar ser retirada a ação.

Foi assim que a questão foi falada, tanto quanto me recordo. Além disso, são conversas e nunca são conclusivas nessa matéria.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E qual foi a resposta que o Sr. Dr. deu?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — A resposta é sempre generosa, isto é, acho que, de facto, as questões são institucionais e não são pessoais. Como tal, iria falar no conselho de administração da Galilei, no sentido de, eventualmente, se poderem vir a retirar as ações, caso o Sr. Avelino Ribeiro, que tinha uma palavra forte a dizer nessa matéria, concordasse.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E acabou por concordar?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, o Sr. Avelino Ribeiro é um homem que, nessa matéria, é muito persistente e não cede um milímetro.

Está a ver que o Sr. Deputado Honório Novo sabe bem....

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Ele também sabe!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu também sabia!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Como vê, estou a falar a verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não me passava pela cabeça que não falasse verdade. Queria era que fosse o Sr. Dr. a dizer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está a aproximar-se dos 15 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Foi por iniciativa do sócio minoritário que esta ação se manteve e foi por iniciativa de uma administração nomeada pela Caixa Geral de Depósitos — de um banco público — que solicitou a uma empresa privada que desistisse de uma ação contra os seus administradores. Isso fica claro, Sr. Dr.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Isso fica claro, mas também fica claro que, pessoalmente — não rejeito responsabilidade nenhuma —, não deixei de dialogar e de dizer que considerava essa hipótese, se o Sr. Avelino assim concordasse. De forma que, tenho de ser verdadeiro, não enjeitei essa hipótese.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem. Nós registamos isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr. Fernando Lima, é pena que já seja tão tarde, porque queria fazer um primeiro comentário.

Acho que esta é uma das mais importantes audições desta Comissão de Inquérito e quero, desde já, admitir que, provavelmente, requererei uma segunda audição com o Sr. Dr. Fernando Lima, porque acho que não existem condições. Aliás, já se percebe que o partido que nacionalizou e parte dos partidos que privatizaram estão a desinteressar-se desta

Comissão. Pelo menos, começam a desinteressar-se à medida que o tempo se vai prolongando e a tarde vai chegando ao fim. Mas tudo bem!

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Isso é injusto!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Repito que esta é uma audição importantíssima. E é importante, porque muitas das informações que nos deu colidem, na aparência, com muitas outras informações e opiniões que já ouvimos, nomeadamente, de administradores da Caixa Geral de Depósitos e do BPN. E nem creio que os números sejam muito diferentes, mas, enfim, examinaremos depois com mais detalhe.

Vou fazer uma introdução à pergunta que lhe quero colocar.

Ouvimos aqui dizer que, na altura da nacionalização e à data da privatização, a exposição seria da ordem dos 1000 milhões de euros e que a mesma pouco tinha evoluído ao longo do período da nacionalização. Lembro-me até que o Dr. Vítor Gaspar questionado (não sei se por mim, se por outro Sr. Deputado), com alguma insistência, sobre qual tinha sido o resultado concreto das relações entre a SLN e o BPN durante estes três anos da nacionalização — porque defendia a tese de que, ao longo destes anos (e, provavelmente, até será verdadeira), a SLN tinha amortizado algum passivo que tinha junto do BPN —, nos disse uma coisa do género: «Sr. Deputado, estou a recordar-me de três empresas que, no total, amortizaram 20 milhões de euros. Deu esse exemplo.

Por outro lado, quando ouvimos agora falar da coleção dos quadros de Miró, ficamos mais uma vez a perceber que as coisas que nos disseram não foram, exatamente, como elas são. Portanto, pelo que parece, há várias pessoas a reclamar a propriedade dos Miró, mas todos com a ideia de que a verdadeira propriedade dos Miró não é de ninguém que reclama a sua



propriedade e, portanto, como se tem receio que apareça alguém a dizer «os quadros são meus», eles vão continuar, provavelmente, nas suas molduras — oxalá! —, numa cave da Caixa Geral de Depósitos. Mas tudo isto junto torna, e era aqui que queria chegar, isto tudo muito «transparente».

Ao longo destes três anos, e julgo que nos próximos também, há um jogo do empurra entre a SLN e o BPN — neste caso concreto passa a ser diferente, é entre a SLN e o Estado — sobre quem tem de arcar com os custos deste processo. É evidente que se percebe que a Galilei, ex-SLN, pretenda fazer crer, pretenda fazer vencer e impor a tese de que tudo o que está nos *offshore* são custos ou prejuízos do BPN. Penso que esta tese não é inteiramente verdadeira, mas este jogo do empurra tem uma consequência: é que quem está a pagar isto tudo são todos os portugueses.

E as minhas duas primeiras perguntas são as seguintes: gostava que o Sr. Dr. nos lembrasse, se for possível, quem são os principais acionistas da Galilei. Disse-nos que eram 1100. Não estou interessado, quase que diria, em 1095 deles. Quero saber quem são os cinco ou seis acionistas mais representativos da Galilei.

A segunda pergunta é se alguma vez a Galilei pensou em comprar o BPN. Do meu ponto de vista e de acordo com a opinião que tenho estado a expressar — isso seria a chamada «cereja em cima do bolo» —, só faltava mesmo esta para que o círculo se fechasse e, então, ficasse tudo lá dentro e nunca mais se desatasse este nó.

Pergunto-lhe se sim ou não, se isto é verdade, porque — e julgo que não terei sido apenas eu mas outros Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputadas também — houve quem, aqui há tempos, na altura da primeira tentativa de privatização do BPN, tivesse levantado essa hipótese.

Portanto, as minhas duas perguntas, depois desta introdução longa, são: primeiro, quem são os principais acionistas e, segundo, se houve

alguma vez na Galilei a discussão sobre se se devia ou não concorrer à compra do BPN.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, antes de responder concretamente, gostaria apenas de confirmar aquilo que acabou de dizer.

Se juntarmos aqueles custos que referi das *offshore*, dos quinhentos e tal milhões de euros, dos quais dei alguma nota do que lá estava, não andamos muito longe de números, portanto, é bom que também...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Desculpe interrompê-lo mas, no início, quando o Sr. Dr. nos deu os números, tive exatamente a mesma reação que todos nós tivemos...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Julgo que há aqui uma pequena confusão terminológica.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Teria sido essa confusão de números...

O Sr. Dr. Fernando Lima: — Permita-me dizer isto: o BPN reclama 1000 milhões de euros, o BPN nunca disse que a Galilei devia 1000 milhões de euros. O BPN reclama 1000 milhões! Sou jurista e isto para mim tem alguma importância,...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas é exatamente isso que...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — ... pois significa que o BPN, ao dizer que reclamava 1000 milhões, está a admitir que, eventualmente, nem todos esses 1000 milhões fossem devidos. Peço desculpa...

O Sr. **João Semedo** (BE): — É exatamente essa diferença de terminologia que explica a reação inicial que todos nós tivemos, de espanto pelos seus números. Mas, lido o seu relatório, percebe-se que os números não são tão diferentes...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Bom, esse é um aspeto.

Depois, principais acionistas. Já tive aqui oportunidade de dizer que o maior acionista da Galilei SGPS é a SLN Valor, que tem 33%. Depois, temos variadíssimos acionistas individuais, cujo valor percentual não é expressivo, exceto um acionista. E esse acionista, que é, aliás, considerado acionista qualificado por parte do Banco de Portugal, é o Sr. Almiro Silva, que, se a memória não me falha, tem três vírgula qualquer coisa do capital da Galilei SGPS, e, pelo facto de ter sido administrador, o Banco de Portugal deu-lhe a qualificação de acionista qualificado.

Estes são, que eu conheça, os principais acionistas. Os nomes de que oiço falar e para não fugir à questão — ouço falar do Sr. Joaquim Coimbra, do Sr. Alberto Figueiredo, do Sr. Adelino Silva, do Sr. Fernando Cordeiro, enfim, de um conjunto de acionistas que, com alguma frequência, são referidos —, em termos de capital, julgo que não têm, individualmente, na Galilei SGPS, um valor expressivo.

Saberia responder ao Sr. Deputado com precisão se tivesse trazido a lista da última assembleia geral, onde realmente tenho as percentagens. Posso facultá-la, se, evidentemente, isso interessar.

Mas há outros acionistas, como o Sr. Manuel Carlos, o Sr. Domingos Neto, enfim, há muitos acionistas, alguns é que, recorrentemente, são mais citados.

Quanto à segunda pergunta do Sr. Deputado, nunca, jamais, a SLN, hoje Galilei SGPS, pensou em comprar o BPN. Tomara eu ter dinheiro para solver os meus compromissos...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., isso seria exatamente «a cereja em cima do bolo.»

Mas deixe-me então perguntar o seguinte: quem são os acionistas da SLN Valor?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, não sou membro da SLN Valor, não conheço os acionistas da SLN Valor, mas mentiria se dissesse que um dia não tinha visto uma lista de acionistas da SLN Valor. Não sei recordar mas fixei — lembro-me que fixei — que os administradores da SLN Valor, hoje administradores, que são o Sr. Alberto Figueiredo, o Sr. António Cavaco, salvo erro, a Sr.<sup>a</sup> D. Lina de Abreu, peço desculpa, o Sr. Comendador Abreu, não tinham valores expressivos no capital da SLN Valor. Mas não posso precisar realmente.

O que fixei na altura — peço desculpa de dizer isto e por isso é que estou a dizer que fixei —, o que me pareceu foi que o Dr. Oliveira Costa tinha uma percentagem no capital da Valor com algum significado. E foi por isso que retive isto, mas não conheço a composição acionista da Valor para poder responder com precisão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., não sei se já lhe foi colocada esta questão no período em que não estive na sala, mas o Banco de Portugal divulgou hoje que a Galilei tinha tido uma multa da ordem dos 4 milhões de euros. Não é uma multa pequena, porque é quase metade do total das multas do conjunto do processo organizado pelo Banco de Portugal, que penso que é perto dos 10 milhões de euros, relativamente a outros considerados culpados.

Só gostava de lhe perguntar — eventualmente, já terão perguntado isto mas não ouvi a resposta — qual é o motivo desse processo e desta multa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, iniciei a minha intervenção nesta Comissão manifestando a minha repulsa, indignação e estupefação por ter tido conhecimento, hoje de manhã, de uma notificação do Banco de Portugal dizendo que aplicava à Galilei SGPS uma coima de 4 milhões de euros por factos ocorridos não me recordo há quantos anos, que têm a ver, fundamentalmente, com o Banco Insular, e que os outros, não sei o número exato, 16 ou 17 arguidos, tinham coimas inferiores a 1 milhão de euros.

Como sei que a sociedade foi prejudicada por atos de indivíduos em nome individual e não foi ela que os praticou, de facto, fico estupefacto. Como é que uma sociedade, que foi prejudicada por um conjunto de atos de indivíduos, individualmente, leva uma coima de 4 milhões de euros e os indivíduos levam uma coima inferior a 1 milhão de euros?!

Se a sociedade tivesse sido beneficiada, em si, até era capaz de compreender uma coima; agora, tendo sido a sociedade prejudicada, como é evidente, por todas estas investigações e por todos os atos danosos, como é que a sociedade leva uma coima de 4 milhões?! Devo dizer-lhe que esta coima de 4 milhões de euros, levada avante, liquida as sociedades. Se tiver que pagar 4 milhões amanhã, acabou isto! Vou ao Banco de Portugal entregar a chave. Portanto, para mim, isto é absolutamente absurdo.

Manifestei a minha indignação e fiz, em nome da sociedade, um comunicado público, exatamente a manifestar esta minha estupefação e esta minha repulsa por isto. Então, eu que sou prejudicado, levo uma coima de 4 milhões de euros e os arguidos, que fizeram, eventualmente, todos aqueles atos, levam 100 000, 200 000, 300 000, 400 000 €!

Não consigo entender! Para mim, é algo de incompreensível. Posso entender que, do ponto de vista jurídico — e agora está a falar o jurista —, a lei tem de ser cumprida, mas o valor da coima varia entre um mínimo e um máximo e, portanto, provavelmente, dentro do contexto do conhecimento dos factos e da evolução destes últimos anos, o bom senso diria que, se se tivesse que cumprir alguma legalidade, pelo menos, que fosse a coima mínima a uma sociedade que foi prejudicada por isto tudo. E a coima mínima era 500 000 €, Sr. Deputado, não são 4 milhões! Levou a coima máxima, porquê?

Isto é absolutamente absurdo e pôs em causa — devo dizer, peço desculpa mas tenho de dizer isto publicamente e vou dizê-lo várias vezes com a voz mais alta que tiver — a sobrevivência de todo este Grupo e de toda esta gente.

Comecei a minha declaração nesta Comissão manifestando esta minha repulsa, indignação, estupefação e incompreensão total.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., não ouvi, de facto, essa parte da sua intervenção inicial, mas permita-me que lhe pergunte: conhece a acusação?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Conheço!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sabe do que é que a Galilei é acusada?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, conheço, naturalmente, quer dizer, não no seu detalhe, porque isto é um assunto que vem sendo acompanhado, há dois ou três anos, por um gabinete de advogados, que ainda é o mesmo gabinete de advogados que o Dr. Miguel Cadilhe contratou para toda esta situação, mas tudo isto tem a ver com as operações e o envolvimento do Banco Insular. Portanto, como entidade coletiva que é, naturalmente, parte-se do princípio que os agentes que, na altura, administravam a sociedade o fizeram também em nome da sociedade e, assim sendo, a sociedade também tem de ser penalizada.

O que digo é que passaram dois ou três anos e sabendo, de facto, que a gestão é diferente, que decorreu um período e aconteceu o que aconteceu, 4 milhões euros, quando a coima mínima é de 500 000 € mesmo querendo respeitar a legalidade, é, para mim, absolutamente incompreensível, absurdo e fico estupefacto. Devo dizer-lhe que isso põe em causa a sobrevivência de 70 empresas e de 1500 postos... se eu tiver que pagar. É incompreensível para mim!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., há pouco, trocou argumentos com o Sr. Deputado Honório Novo sobre uma questão que vou colocar a seguir.

O Sr. Dr. não reconhece que faz sentido a identificação de parte dos acionistas da atual Galilei, para já não dizer de todos, porque seria seguramente um exagero, com o núcleo importante dos acionistas da SLN que, durante muitos anos conviveram tranquilamente (uns na ignorância, outros com informação bastante aproximada do que se estava a passar) com todas as ilegalidades e irregularidades que foram cometidas no BPN?

O Sr. Dr. não reconhece que é natural que haja uma identificação entre esse grupo que integra hoje parte do núcleo da administração e do grupo de acionistas da Galilei com aqueles que terão, ao longo de todo aquele processo, beneficiado diretamente de todas as irregularidades e ilegalidades que foram cometidas? E, portanto, há aqui um problema de quem, no fundo, é responsabilizado por aquilo. Claro que há vários níveis de responsabilização. Provavelmente, tanto quanto sei e pelo que vi nos jornais — não conheço exatamente as sentenças —, algumas das pessoas que têm processos criminais são também pessoas que têm processos no Banco de Portugal. Portanto, essa identificação, para além de ser no domínio da opinião bastante inevitável, parece que até tem alguma correspondência.

Se eles hoje estão a administrar ou são acionistas da Galilei, não acha que é natural que assim aconteça essa decisão por parte do Banco de Portugal?



O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — O Sr. Deputado conhece os arguidos ou o nome dos arguidos a quem foram aplicadas coimas. Reconhece nalgum deles um acionista da Galilei SGPS, tirando o Dr. Oliveira Costa?

O Sr. **João Semedo** (BE): — Não sei, Sr. Dr. São 1110, como é que hei de saber?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, estou a responder-lhe.

Em nenhum dos 17 arguidos deste processo contraordenacional, de que os dois fomos notificados — e podem ter 1000 ou 2000 ações, agora estou a referir-me ao conjunto de acionistas —, tanto quanto sei e vi os nomes (também devo dizer que não os escalpelizei, porque foi esta manhã que vi isso), não vi lá, tirando o nome do Dr. Oliveira Costa, tirando o nome do Dr. Luís Caprichoso e tirando o nome... já não me recorda do outro, não vi lá, repito, nenhum acionista que tenha sido aqui referido.

Sr. Deputado, compreendo que, em termos sociológicos, em termos de imagem e em termos de *sound bit* que passe, se identifique as sociedades com os conjuntos principais dos acionistas. Bem, a gente vai aos bancos, vai a isto, vai àquilo, vai aqueloutro, vai às grandes sociedades e, de facto, sabemos que se identificam essas sociedades com os acionistas mais... Mas já aqui, há pouco, referi que a minha independência levou a que eu nunca fosse influenciado por nenhum acionista, por maioritário que ele fosse. E vou dar-lhe três exemplos.

As primeiras ações que tive no Grupo Galilei, em conjunto, naturalmente, com os restantes elementos da administração, foi, primeiro,

pagar o papel comercial do Grupo Português de Saúde que estava vencido e que estava a lesar inúmeros pequenos investidores.

A segunda ação foi resolver e ajudar a resolver, porque isso levava à falência do Grupo, também outro papel comercial vendido aos balcões do BPN no valor de 140 milhões de euros e que lesavam... E todos os dias me apareciam no gabinete pessoas a chorar que, de facto, tinham posto as suas poupanças e não tinham... E não tem nada a ver com este acionista.

Portanto, é só para lhe dar nota que, embora compreenda que do ponto de vista sociológico, do tal *sound bit* e em termos mediáticos se identifiquem as sociedades com alguns acionistas, no meu caso concreto, a independência levou-me sempre a procurar resolver o problema dos mais aflitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., falo por mim, mas relativamente aos restantes Srs. Deputados é exatamente o mesmo. Não é o Sr. Dr. que está em causa nem...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, não. Só estava...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Agora, nós olhamos para estes nomes, um por um, e todos eles conviveram com o pior que há no mundo financeiro. Todos eles! Portanto, isto tem que ter alguma responsabilidade.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Mas nenhum deles trabalha na Galilei, pois não?

O Sr. **João Semedo** (BE): — Não sei.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, não trabalha!

O Sr. João Semedo (BE): — Ficaria, no entanto, chocado se o Banco de Portugal não fizesse nada! Aliás, até acho que demorou muito tempo, provavelmente porque, enfim, estes processos são complexos, a chegar a alguma conclusão, que, coincidentemente, até surgiu já em pleno funcionamento desta Comissão. Mas aguardemos. O processo há de ser público. Todos nós teremos tempo para ler o processo e tirar daí as nossas conclusões.

Queria passar para um outro assunto que já aqui foi falado e que tem a ver também, ainda, com a introdução inicial que fiz. Quando ouvimos falar do «projeto César», percebemos que para os administradores da Caixa Geral de Depósitos e do BPN é um assunto incómodo, porque, na realidade, o que têm para mostrar como casos resolvidos, digamos assim, é muito pouco. E o Sr. Dr. dá uma ideia um pouco diferente. Dá uma ideia de colaboração por parte da Galilei, até se prontificou a entregar a esta Comissão as atas — penso que se o pudesse fazer seria muito útil. Mas quero lembrar-lhe que, como já foi variadíssimas vezes referido nesta Comissão, quem tem responsabilidades na condução prática do «projeto César» se queixa, amarguradamente, de que o projeto não anda para a frente e chegam até a dizer, isto é, entre responsáveis, entre diretores, que sistematicamente as reuniões são adiadas e até há uma comunicação entre dois ou mais do que dois diretores em que se diz que o credor tem uma posição resignada (e até um adjetivo um pouco mais, enfim, agressivo do que este) relativamente ao devedor.

Portanto, queria que o Sr. Dr. abordasse esta questão: o que foi, exatamente e em concreto, a evolução, ao longo destes anos, do «projeto César»? Quais foram os resultados, do ponto de vista da resolução dos casos concretos, para os quais constituiu o «projeto César»?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, deixe só precisar que para haver credores é preciso haver devedores. Não é? Portanto, é preciso determinar o devedor.

O Sr. **João Semedo** (BE): — O BPN ainda não desistiu...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Portanto, o que se passou foi que, durante larguíssimo período, cerca de quinze em quinze dias ou de três em três semanas, as equipas constituídas de um lado e as equipas constituídas do outro... E devo dizer-lhe que quem lançou o «processo César» foi o Dr. Miguel Cadilhe e do lado do Banco a informação estava toda lá e o Banco tinha toda uma equipa identificada com o «projeto César». Do ponto de vista da SLN/Galilei, as duas ou três pessoas que tinham conhecimento de toda esta matéria das *offshore* foram sucessivamente embora. Portanto, houve sempre...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Da parte de quem?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Da Galilei.

Uma das pessoas que levantou o «processo César», o Dr. Periquito Costa, que julgo que veio aqui à 1.<sup>a</sup> Comissão, era o homem que pedi, por

favor, para que não se fosse embora, porque era o único que dominava completamente estas questões e ele resolveu ir-se embora. Depois, tivemos uma outra funcionária, que era ajudante dele, que deu seguimento a esse processo e resolveu ir para Angola trabalhar. Depois, tivemos que encontrar uma outra pessoa que teve que entrar completamente no processo, contrariamente ao Banco, onde ficaram todos os funcionários que vinham de trás, toda a gente que conhecia toda a questão do «projeto César». E com essa gente, torno a repetir, durante muito tempo, de 15 em 15 dias, reuníamos.

E qual era o trabalho que fazíamos? Analisávamos as *offshore*, analisávamos as contas das *offshore* e fazíamos um trabalho que, de facto, era sério, que era: isto, de facto, tem toda a razão de ser imputado a vocês; isto tem toda a razão de ser imputado a nós. E é esse trabalho que era um trabalho de agulha. Devo dizer-lhe que esse trabalho foi completado, salvo erro, em duas *offshore*, foram resolvidas umas sete ou oito — tenho aqui isso, posso mandar uma nota sobre essa matéria. Muita coisa foi resolvida.

Agora, continuo a dizer, algumas delas, talvez as mais substanciais do «projeto César» estão em *offshore* e estão sob investigação criminal. Enunciei-as há pouco, Sr. Deputado. Estão sob investigação criminal. Quando estamos a falar na Varona e na de Porto Rico, estamos a falar em 45 milhões, por exemplo. Quando estamos a falar num conjunto de *offshore* que tem lá 195 milhões — e torno a repetir que são contas de investimento do Banco Insular, que estão lá pagamentos feitos a funcionários que hoje estão na Parvalorem —, quando estão lá as diferenças cambiais, quando estão lá custos que o Banco punha para dar lucros no Banco e dar prejuízos na sociedade, quando se faziam campanhas publicitárias do Figo ou de outras individualidades em nome do BPN, é evidente que é difícil essa discussão do ponto de vista se é meu ou se é teu.

Agora, resolveu-se muita coisa, Sr. Deputado. Havia 98 *offshore*, hoje há setenta e tal *offshore*. Fecharam-se várias, de acordo com o BPN, liquidaram-se outras, resolverem-se muitos problemas. Há um grosso que, de facto, nem sempre é fácil de analisar.

Depois, houve outro fenómeno. Já agora, Sr. Deputado, quero também dizer-lhe o seguinte: é que, nos últimos meses, como sabe, a questão da privatização... E estas reuniões aconteceram com muita regularidade. Aliás, há atas disso, os senhores devem ter isso tudo, com certeza. O que aconteceu é que, com a questão da privatização do BPN, das administrações do BPN, das demissões, das transições dos créditos para a Parvalorem e tudo isso, de facto, nos últimos meses, não houve condições para se ter as tais reuniões regulares e a tal análise regular. E, volto a dizer, o BPN reclama, mas pelo facto de ter reclamado não significa que é devido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., já compreendi que a sua tese e da Galilei é que o grosso são custos e passivos do BPN.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**:— E são!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., mas é que há um problema. Isso até pode ser assim do ponto de vista do registo e da contabilidade. Mas há um problema de quem beneficiou disso. Porque o problema é que o BPN não beneficiou em nada disso, porque ficou com um buraco monumental — tão grande que até levou o Governo a nacionalizá-lo.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**:— E acha que a SLN beneficiou? Com 169...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Alguém beneficiou!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**:— Ah...! São os casos criminais em nome individual, peço desculpa.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Certo, Sr. Dr. Mas repare: sim senhor, nós sabemos que há casos...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**:— A SLN não beneficiou!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Todos nós sabemos que há casos que, sim senhor, estão sob investigação criminal. Mas o facto de estar sob investigação criminal não impede o esclarecimento destes fluxos financeiros seguramente muito complexos. E o problema é que o Sr. Dr. diz: as coisas avançaram, resolvemos sete ou oito casos ou meia dúzia de casos ou uma dúzia de casos. Mas ninguém diz, ao certo, quantos casos estão por resolver e quantos casos foram resolvidos.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**:— Mas eu digo-lhe, Sr. Deputado!

O Sr. **João Semedo** (BE): — E esse balanço, do ponto visto desta Comissão, é importante.

Portanto, renovo o pedido que fiz há pouco de o Sr. Dr. poder informar esta Comissão não só através das atas dessas reuniões do «projeto

César», mas também de um balanço: estão resolvidos estes casos, estão por resolver estes e estes.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, não tenho problema nenhum...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Ótimo!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — ... e espero que os advogados não digam que há sigilo bancário. De resto, se não houver, tem toda a matéria.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Esta Comissão é a chamada Comissão, por definição, «supersigilosa». Nada do que aqui se passa viola...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Mas já agora, por curiosidade, sabe que recebi uma carta do Banco BIC, após a privatização, a pedir que libertasse o Banco BIC do sigilo bancário relativamente aos elementos da SLN, coisa que o antigo BPN não tinha libertado. Escrevi uma carta ao Banco BIC, a dizer: «Sim senhor, está levantado o sigilo bancário. Forneça o que entender.» Coisa que não tinha acontecido até à altura.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., vou colocar-lhe o meu último ponto — é mesmo o último ponto — e espero não demorar muito tempo.

Primeiro, alguma história: no dia 12 de fevereiro de 2008, reuniu-se a Comissão de Avaliação e Nomeações do BPN, na altura BPN/SLN. Estavam presentes o Dr. Oliveira Costa, o Eng.º Francisco Sanches, o Sr. Almiro Silva, o Sr. Joaquim Coimbra, o Sr. Adelino Silva e o Sr. Fernando Cordeiro, com o pormenor de o Sr. António Duarte ter sido chamado pelo



Dr. Oliveira Costa para alguns pontos concretos da reunião. Esta reunião tem uma dupla importância: é a reunião em que alguns destes acionistas solicitaram ao Dr. José Oliveira Costa que abandonasse a liderança do Grupo e é a reunião em que o Dr. José Oliveira Costa até lhes agradece esse apelo, porque, evocando o seu debilitado estado de saúde, admitiu que já estava a pensar em deixar o Grupo — estamos em fevereiro de 2008.

Nessa reunião foi feito um balanço à situação real do Grupo e, relativamente à empresa OPI 92 — e agora peço a sua atenção —, diz-se o seguinte na ata dessa reunião: «Esta sociedade é detida a 100% pelo Sr. Fantasia, mas, na realidade, é 100% da SLN. Tem ativos avaliados entre 625 e 750 milhões de euros e dívidas avaliadas em mais ou menos 350 milhões de euros». Repito: «Esta sociedade é detida a 100% pelo Sr. Fantasia, mas, na realidade, é 100% da SLN».

Estamos em fevereiro de 2008 e quase um ano depois, em fevereiro de 2009 — julgo que na primeira reunião do conselho de administração da SLN a que o Sr. Dr. presidiu —, fala-se da OPI 92. E diz-se o seguinte: «Na reunião do conselho de administração da SLN, realizada no dia 30 de dezembro de 2008, foi ratificada a proposta desta comissão executiva quanto ao acordo de repartição da estrutura acionista da OPI 92.»

Foi ainda deliberado — na mesma reunião — que a conclusão do referido processo deveria conduzir às seguintes proporções, em termos de participação do capital social da OPI 92: Dr. Fernando Fantasia — 10%; 35% da SLN SGPS; e 55% da SLN Valor. Ou seja, o Dr. Fernando Fantasia já conquistou, aqui, 10% quando um ano antes se dizia que ele não tinha percentagem nenhuma no capital da empresa.

Mas, mais à frente, diz-se o seguinte: «Consequentemente, propõe-se que sejam aprovados os termos e condições constantes do mencionado acordo e que resumidamente se enumeram...» — a pressuposta

titularidade, a redução do capital, depois uma posterior deliberação de aumento de capital. E a alínea e) refere o seguinte: «Compromisso de deliberação de reembolso de crédito por suprimentos ao acionista Dr. Fernando Fantasia no montante global de 1 398 105 milhões de euros, a realizar da seguinte forma: pagamento da quantia de 700 000 € na data do aumento de capital e o remanescente em sete prestações trimestrais, com início em 28/02/2009, e as seguintes no último dia do mês a que respeitam».

Terceiro momento da história:...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já vai quase em 20 minutos, muito para além do que era suposto.

*Risos*

O Sr. **João Semedo** (BE): — Agora que eu estava na parte boa da história!... Sr. Presidente, estou a tentar resumir em 5 minutos três ou quatro anos de história!

A última parte da história é esta: o Sr. Fantasia, que não tinha nenhuma percentagem na empresa, que recebeu um suprimento que alguém disse — ele próprio, provavelmente — que terá feito um milhão e tal de euros.

Moral da história: hoje, estão 32 135 711 milhões de euros na Parvalorem à disposição da OPI 92 SGPS, SA.

Sr. Dr. Fernando Lima, são estes exemplos — porque este não é o único, com certeza — que arruinam qualquer noção que se possa ter sobre a credibilidade de tudo isto. Mesmo quando se apresentam relatórios, contas certas e, enfim, as coisas mais ou menos organizadas, é tudo isto que

tem de ser explicado! Tem que ser explicado como é que se continua a fazer rolar dinheiro que é, neste caso, tão inaceitável quanto ilícito, parafraseando o relatório recente da ERC.

Gostava, pois, de ouvir um comentário seu. Como é que isto é possível?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — O Sr. Deputado referiu a data de 30 de dezembro de 2008 e referiu também essa reunião do conselho de administração a que eu terei presidido. Suponho que é a primeira reunião do conselho de administração a que eu fui.

O Sr. **João Semedo** (BE): — A acreditar na ata, é!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Relembrou-me bem.

Nessa reunião, foi apresentado pelo Sr. Administrador Vila Cova, tanto quanto me recordo, o resultado de um processo — que vinha dos tempos do Dr. Miguel Cadilhe e do Dr. Carvalho das Neves — de análise de toda essa questão, porque se falava que o Dr. Fernando Fantasia (e peço desculpa pela expressão, mas uma expressão que é utilizada) era «uma barriga de aluguer», um testa-de-ferro.

Portanto, na primeira reunião do conselho de administração a que assisti foi apresentado o resultado pelo administrador Vila Cova de todo um conjunto de conversas largas sobre essa matéria. Sugiro que o Sr. Dr. Vila Cova venha a esta Comissão explicar detalhadamente isso, porque eu não sei explicar-lhe. Fui confrontado com o acordo que, aliás, já estava feito.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início à segunda ronda...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Peço desculpa, Sr. Presidente, mas, se me permite, devo acrescentar que essa questão foi levantada em duas assembleias gerais por diversos acionistas.

Nessas assembleias gerais — deve ter aí, com certeza, a respetiva ata — foi esclarecido por alguns acionistas, do ponto de vista documental, a razão pela qual essa repartição foi feita — julgo que terá essa ata.

Portanto, penso que essa repartição não foi feita de livre arbítrio mas, sim, de acordo... ou foi feita por pessoas sérias, pelo Dr. Vila Cova, que é, certamente, uma pessoa muito séria. Ou seja, foi feita de acordo com documentos e com uma histórica verídica.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, para a segunda ronda tenho inscritos os Srs. Deputados Honório Novo, João Semedo e João Pinho de Almeida. Informo o Sr. Dr. Fernando Lima de que, nesta segunda ronda, as perguntas serão feitas sequencialmente e respondidas em conjunto, no final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr. Fernando Lima, na minha primeira intervenção fiz um enunciado de partida, dizendo-lhe que era preciso avaliar muito bem os números que citou na sua intervenção inicial e compará-los com aqueles que temos ouvido de outras pessoas. Não tenho nada a opinião de que os valores sejam aproximados — talvez o sejam numa área, noutras não me parece, à partida.

Portanto, mantenho a minha disponibilidade para solicitar o seu regresso a esta Comissão se vier a ser útil, pelo seguinte: tal como nós

precisamos de determinar, muito claramente, os custos e responsabilidades financeiras para o Estado, para a dívida pública, para o défice da operação BPN — vou passar a chamar-lhe assim: operação BPN quer dizer «da nacionalização» —, também precisamos de saber qual é a situação e as responsabilidades que foram ou não foram resolvidas durante estes três anos, e com critério, com objetividade, como exige um relatório final desta Comissão.

De qualquer maneira, julgo que o Sr. Dr. Fernando Lima poderá explicar melhor algumas coisas.

Atrevia-me a fazer um conjunto de perguntas sobre todo o problema do «projeto César». E, se puder responder hoje, com objetividade, do ponto de vista da SLN/Galilei, era ótimo.

Primeira pergunta: quantas *offshore* é que estavam pendentes de análise? Tenho aqui um número: 104. Pedia-lhe que registasse e, depois, responde-me em bloco.

Segunda pergunta: falou em equipas constituídas de um lado e do outro e eu gostava de perceber exatamente qual era a constituição pessoal da equipa que reunia convosco regularmente, de 15 em 15 dias, da vossa equipa e da equipa do BPN.

Terceira pergunta: dessas 104 *offshore*, qual o número das que foram já resolvidas — «resolvidas» significa atribuídas a titularidade — e qual é o número daquelas que estão pendentes de atribuição de titularidade? A pergunta subsequente é esta: daquelas a que já tiverem sido atribuídas identificação última, qual o número das que pertencem à SLN/Galilei? E destas — portanto, não estou a pegar nas que ainda não estão resolvidas —, qual é o volume de crédito que a SLN tem perante o BPN? Porque este deve ser já um valor final, objetivo.

Pergunta subsequente (que devia ter feito inicialmente e não fiz, mas recupero-a agora): qual é o valor financeiro que está implicado nas 104 *offshore*? Pergunto se este número está correto.

Finalmente, um esclarecimento que surge de uma intervenção anterior da sua parte e que tem a ver com o seguinte: disse o Sr. Dr. Fernando Lima que algumas das *offshore* estão sob investigação criminal. Ora, queria saber se aquelas que estão sob investigação criminal não são passíveis de discussão nesta sede. Isto é, se, obrigatoriamente, não podem ser objeto de discussão entre as equipas e se não podem ser objeto de definição eventual da titularidade final e quais as implicações financeiras que essa atribuição de titularidade final implica, necessariamente, para o BPN, ou não, conforme a situação.

Finalmente, sobre o «projeto César», tema que o Sr. Deputado João Semedo já abordou parcialmente, gostaria de o questionar sobre o seguinte: o Sr. Dr. Fernando Lima já nos deu uma razão plausível para perceber por que é que existiu alguma morosidade da parte da SLN. Disse-nos que, enquanto havia um conjunto muito vasto de pessoas do lado do BPN — julgo que não era assim tão vasto como isso, seriam quatro ou cinco pessoas, com o Dr. Lourenço Soares seriam cinco, vá lá! — da parte da SLN (não sei quantas pessoas eram, mas o Sr. Dr. Fernando Lima dirá) fugiram duas pessoas que sabiam mais... Eu sei que implicava maiores problemas. Mas, para além dessa razão, que podemos compreender, a verdade é que tenho aqui uma informação que diz que, desde fevereiro a abril de 2011, salvo erro, houve uma anulação de 12 reuniões. Ora, gostava de perceber, exatamente, a quem é passível de ser imputável este adiamento.

Uma outra ideia que existe é a de que, das reuniões entre as duas equipas, elaboravam-se atas — suponho que isso é normal —, mas cujo

conteúdo e conclusões iam transitando sempre, sem concretização. Isto é dito de uma forma lapidar, *tout court*. E nós, Comissão de Inquérito, ficamos como «tolos no meio da ponte»!? Será que o BPN não tem capacidade de forçar a reunião? Será que é a Galilei que está a fugir com o «rabo à seringa», que é uma ideia implícita à versão que já ouvimos até agora... O que é que se passa?

Esta era a pergunta que gostava de fazer sobre o «projeto César».

Para além disso, gostava que o Sr. Dr. Fernando Lima — e aqui não lhe faço perguntas detalhadas, faço-lhe perguntas genéricas — voltasse ao tema do valor da exposição global da SLN face ao BPN. Gostava que o senhor voltasse a enunciar (sem utilizar as expressões «reclama» ou «é») qual é, de facto, o valor da exposição global, do vosso ponto de vista.

Finalmente, queria colocar-lhe uma questão sobre um estudo, o chamado «plano de negócios da área imobiliária», da autoria da Galilei SLN e da SLN Imobiliária, do ramo do imobiliário, com data de novembro de 2009. Gostava, portanto, de fazer um conjunto de perguntas, que vou passar a discriminar.

Primeiro, tenho uma curiosidade quanto à autoria deste estudo, deste plano de negócios da área imobiliária. Não sei quem foi a consultora ou se foi alguma consultora a realizar este estudo, mas se pudesse identificá-la era interessante.

Depois, aparentemente, trata-se de um plano de negócios para apresentar a entidades financeiras e eu pergunto a que entidades financeiras é que a SLN Imobiliária apresentou este plano, ou se, pelo contrário, este plano de negócios foi apenas apresentado ao BPN.

Julgo que o objetivo deste plano de negócios, na parte em que diz respeito à apresentação do BPN, tem como objetivos claros apresentar um plano de expectativas de obtenção de receitas que se cifrava — na

totalidade, suponho — em 895 milhões de euros. Tenho aqui o número, se for necessário, não sei bem onde... Mas é um valor desta ordem de grandeza. Portanto, o objetivo é, perante esta expectativa, apresentar um plano de reestruturação da dívida vencida junto do BPN e, simultaneamente, um pedido de criação de novos financiamentos por parte do BPN à SLN e a diversos projetos da área imobiliária.

Vou citar alguns exemplos.

Por um lado, neste plano de negócios propunha-se que, em função das expectativas dos projetos da área imobiliária, o BPN renegociasse um empréstimo de 42 milhões de euros com incorporação de descobertos, isto é, parte vencida, suponho eu, no valor de 4,2, carência de juros durante os primeiros três anos e capital até 2016.

Um outro projeto pretendia o termo, suponho, *write-off*. Não sei o que isto quer dizer em termos bancários, mas o Sr. Deputado Afonso Oliveira reconheceu logo a expressão. Para mim, é uma reestruturação também, mas não sei se esta é uma interpretação extensiva ou incorreta, de 10,2 milhões de euros também junto do BPN.

Também incluía um aumento de financiamento de um projeto em concreto, a Marina de Albufeira, em 28,7 milhões de euros em 2009, para amortizações de capital, e de 11,5 milhões de euros, suponho, em 2010, para financiamento de infraestruturas.

Ainda o renegociar de maturidades no valor de 11,8 milhões de euros, estando estas concentradas num projeto chamado «Adicais» que, salvo erro, se situava no norte do País, mas não tenho a certeza.

Portanto, este plano foi gizado para apresentar a entidades financeiras.

Pergunto: quem é que fez este plano? Segundo, a que entidades financeiras era dirigido e a que entidades financeiras foi, de facto,



apresentado? Ou (julgo poder adiantar esta hipótese) foi preparado só para apresentar ao BPN e a mais ninguém? E, perante estes exemplos concretos, qual foi a resposta do BPN, isto é: renegociou, fez o tal *write-off*, aumentou o financiamento, renegociou as maturidades e os valores destes projetos? E, se o fez, quando é que decidiu fazê-lo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, em termos muito breves, apenas queria dizer o seguinte: relativamente à questão do OPI 92, penso que este é um processo importante para se confirmar porque, na aparência, trata-se de encontrar uma forma de pagar um serviço prestado por um testa-de-ferro. Na aparência, é disso que se trata! Ainda por cima, esse serviço (a que esse testa-de-ferro se dispôs a colaborar) tornou-se em mais um prejuízo pesado para a empresa

Portanto, esta é uma situação grave, de uma grande imoralidade e é preciso esclarecer isto e compreender — é para isso que serve esta Comissão — se parte daquilo que hoje os portugueses, através dos seus impostos, estão a pagar não está, digamos, sobrecarregado por operações deste tipo que não têm razão alguma. Bem pelo contrário, deviam ser liminarmente recusadas e rejeitadas.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. Deputado Honório Novo pediu a palavra?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, há pouco não sabia indicar o número global das expectativas do tal plano de negócios. Sei agora que o número global que aqui apresenta, do conjunto dos projetos a

nível nacional, era de 825 milhões de euros de receitas potenciais de todos estes projetos.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar esta segunda ronda, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Fernando Lima, quero colocar-lhe questões muito curtas.

Primeira questão: falámos já, durante muito tempo, nesta audição, sobre a exposição do BPN e, depois, também da exposição da Parvalorem ao Grupo Galilei. Mas não falámos de uma outra coisa, a da participação dos atuais veículos, que são públicos, que estão na posse do Estado, no Grupo Galilei, designadamente resultante dos contratos de recompra de ações da SLN.

Já nos foi dito por anteriores administradores do BPN que tiveram, em vários casos, decorrente de obrigações contratuais, de recomprar ações da SLN. Ora, gostaria de saber se tem noção de quantas ações da Galilei, neste momento, estão nos veículos que foram criados no Estado a partir do BPN e que participações sociais em sociedades do Grupo Galilei é que poderão também estar parqueadas nos veículos do Estado. Ou seja, neste momento, que participação têm o Estado e os contribuintes portugueses no Grupo Galilei através deste tipo de operações?

Por outro lado, o Sr. Dr. Fernando Lima também disse aqui, várias vezes, que, relativamente aos *offshore*, não era pelo facto de o BPN reclamar a titularidade para a Galilei que isso passava a ser um facto. Podia citar inúmeros exemplos, mas não o vou fazer exaustivamente nem de maneira nenhuma dado o adiantado da hora. Vou dar apenas dois exemplos que considero paradigmáticos.

Um deles, que é um caso repetido, tem a ver com uma série de empresas que são detidas a 100% por outra de que já aqui falámos várias vezes, que é a Marazion. A Marazion é detentora a 100%, se calhar, de metade ou, talvez, até mais de metade dos *offshore* cuja titularidade foi discutida no âmbito do «projeto César». Posso dar o exemplo da Darlina, que está ligada a investimentos da CANAM em Moçambique, que é uma das que é detida a 100% pela Marazion e da qual a SLN não reconhece ser última beneficiária. Pergunto por que é que isso acontece. Aliás, o Sr. Dr. Fernando Lima disse, várias vezes, que não havia benefício para o Grupo, ou nenhuma implicação para o Grupo da atividade de muitas destas... E isto é um exemplo que não tem a ver, minimamente, com a atividade financeira e, portanto, não teria a ver com o interesse do próprio Grupo BPN.

O segundo exemplo tem a ver com os acionistas da SLN, tem a ver com a Fika Holdings. A Fika Holdings, no saldo devedor desta *offshore*, um dos valores relevantes tem a ver com o pagamento de dividendos a acionistas da SLN. Ou seja, como consta dos relatórios no âmbito do «projeto César», é um *offshore* em relação à qual a SLN não reconhece a titularidade, no entanto, a exposição desta sociedade ao BPN decorre, numa parte significativa, do pagamento de dividendos aos acionistas da SLN. É por esta razão que já várias vezes aqui foi questionado se os acionistas da SLN teriam ou não beneficiado com este tipo de situações.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem, agora, a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima, para, num tempo razoável, tendo em conta também a extensão das perguntas, responder a todas as questões.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Vamos ver se consigo ter memória de todas as perguntas, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Honório Novo, se me permite... Aliás, dirijo-me a todos os Srs. Deputados: sugeria, se assim o entendessem, que lessem com detalhe o relatório e contas aprovado na assembleia geral de 31 de maio de 2011.

Esse relatório e contas relata, ao pormenor, a atividade de todos os setores e de todas as empresas nos últimos três anos. Inclusivamente, julgo que estão aqui descritas todas as operações de reestruturações de passivos que foram feitas — estava aqui até à procura do imobiliário, mas, a querer escutar a conversa, não encontrei. No entanto, muitas das perguntas que os Srs. Deputados fizeram estão aí respondidas. Este relatório foi deliberadamente feito com o maior sentido dos pormenores para relatar — passe a expressão futebolística — os últimos três anos da atividade de cada uma das empresas de cada um dos setores em todas as suas vertentes, seja a comercial, sejam as financeiras, sejam as relações que houve com terceiros. Portanto, toda a matéria da reestruturação financeira e com os respetivos bancos está tudo respaldado neste relatório. Portanto, sugeria que o lessem. Enfim, não tenho tudo de cor, como devem calcular, pelo que me é um pouco difícil...

Queria dizer-lhes o seguinte: a indicação que tenho é a de que eram 97 *offshore* e não 104. Mas é a indicação que tenho, enfim... Devo dizer-lhe que, hoje, só há 74. Quero dizer-lhe que a equipa...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — As outras foram liquidadas?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Liquidadas, fundidas, trazidas para o universo formal. Isto é, como quisemos legalizar toda a situação quisemos

que participações *offshore* em sociedades nossas entrassem naquilo que se chama o universo formal e não ficassem no universo informal. Portanto, isso também aconteceu nalgumas sociedades para legalizar todo este tipo de situações.

Não lhe sei dizer, mas comprometo-me a entregar na Comissão, ao pormenor, todas as questões que me colocou: volumes de crédito, número de resolvidas, e por aí a fora.

Devo dizer-lhe que, da parte do BPN, a equipa que normalmente aparecia nas reuniões era composta pelo Dr. Lourenço Soares, se a memória não me falha, pelo Dr. Jorge Rodrigues, por uma senhora que secretariava a reunião e que, neste momento, não me recordo exatamente do nome, mas julgo que era Dr.<sup>a</sup> Paula, também pelo Sr. Mário, que penso que foi quem chefiou algum tempo o *private banking* do BPN, e pelo Dr. António Duarte. Do lado da Galilei, comecei por ser eu próprio que, com o administrador financeiro Dr. Vasco Afonso, entrámos neste novo universo.

Portanto, a equipa do BPN, tanto quanto sei, tirando o Lourenço Soares, já estava dentro destes processos há muito tempo. Eu entrei de novo nesse processo e julgo que o Dr. Vasco também entrou nesse processo. Começou por ser o Dr. Periquito, que depois se foi embora; depois era a Dr.<sup>a</sup> Cristiana, que era ajudante, foi-se embora; e depois era o Dr.<sup>a</sup> Micaela. Esta era a equipa que, da parte da Galilei, foi participando nestas reuniões.

Quanto ao mais, tenho alguma dificuldade em responder com precisão às suas perguntas. Mas, naturalmente, saberei responder se me der oportunidade de perguntar, consultar os documentos e pedir para os enviar a esta Comissão.

Relativamente à exposição do nosso ponto de vista, já não me recordo muito bem qual era o sentido da pergunta, Sr. Deputado, peço

imensa desculpa. Tenho aqui uma nota que diz: «exposição global, do nosso ponto de vista...».

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Eu posso esclarecer, Sr. Dr. Fernando Lima.

Eram duas perguntas: que exposição significava o universo das *offshore*, independentemente de estar ou não reconhecida, e, daquelas cuja titularidade está reconhecida, quantas são atribuídas à SLN e, neste aspeto, que implicações financeiras têm junto do BPN.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não lhe sei responder concretamente, mas sei dizer uma coisa que, já agora, aproveito para entroncar numa pergunta que o Sr. Deputado João Pinho de Almeida terá feito, que é a seguinte: a Galilei — e penso que já o repeti aqui algumas vezes — não enjeita a titularidade da Marazion nas *offshore*. Se o Sr. Deputado tiver oportunidade, verificará que estão todas enunciadas no nosso balanço, tal como as percentagens. Estão todas. Se quiser, poderei enunciar, mas elas estão cá todas! Não há um problema de titularidade — eu já tive oportunidade de referir e repisar esta matéria —, porque uma coisa é a titularidade formal das *offshore*,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Certo!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — ... e essa eu nunca disse que a Marazion recusava. O Sr. Deputado utilizou várias vezes a expressão «que recusa a titularidade». Não, não recusa a titularidade. O que está sempre em causa é saber se determinadas operações que foram feitas sobre essas

*offshore* devem ser imputadas ao Grupo Galilei, em termos materiais e substanciais, ou ao Grupo BPN.

Já lhe dei um exemplo, o das contas de investimento: acha que o Grupo Galilei as deve pagar, deve ser devedor do Banco?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Dr. Fernando Lima, também dei um exemplo que era a distribuição de dividendos a acionistas da SLN.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Acha que os valores da compra de balcões do BPN devem ser imputados à SLN/Galilei?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falei na questão dos dividendos!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — A questão dos dividendos... Mas eu nem estava lá, como deve calcular. Nem estava lá! Aí, sou capaz de estar de acordo consigo, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tudo bem!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Aí sou capaz de estar de acordo consigo!

Só queria retificar, a propósito do que o Sr. Deputado disse, que a questão, aqui, não é de titularidade. A questão, aqui, é a de, de uma forma séria, factual e objetiva, saber exatamente, ou o mais aproximadamente possível, o que poderemos imputar como custo de uns e outros, porque — torno a repetir — a nacionalização foi feita da «amputação de um braço» de

um Grupo cuja complexidade e cuja teia era muito grande. Portanto, temos de reconhecer isso.

Além de que, após uma nacionalização desse tipo, não pode encarar-se a situação dizendo: «A partir de agora, há aqui uma fronteira». Quer dizer, passou a ser um Banco e um cliente normal, e tudo o que estava de um lado passou a dever ao outro. Esta é uma análise demasiado simplista da questão, permita-me dizer.

Também sou cidadão, também não gosto de pagar os meus impostos para estas situações, mas, de facto, é uma análise demasiado simplista. Por exemplo, devo dizer que, na nacionalização do BPN, foi agarrado o hospital de Leiria. A que título? E a que título é que, na nacionalização do BPN, nós ficamos com a rede *Netpay* ou ficamos com a Fincor, que é uma corretora?

Portanto, estes são aspetos que, de facto, a nacionalização, por ter entrado num universo tão intrincado... Não estou a discutir razões políticas, porque aí não entro, mas, do ponto de vista factual, a nacionalização criou algumas situações que têm de ser analisadas com algum cuidado, porque têm de ser defendidas, natural e institucionalmente, as empresas e os objetivos das empresas. Por um lado, compreendo que tenha de defender-se o interesse do Estado — de facto, também sou contribuinte, também pago os meus impostos —, mas, por outro lado, tenho de defender os interesses das empresas, dos trabalhadores, dos setores e dos prestadores de serviços, porque agarradas às empresas, independentemente dos trabalhadores, estão outras empresas que não são detidas pelas empresas da SLN. São fornecedores, são médicos, são prestadores de serviços, são outro tipo de empresas. Portanto, também há que defender o interesse desse lado.



O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas, na maioria dos casos, não é assim!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas isso é uma afirmação do ponto de vista político.

Peço desculpa por fazer esta afirmação, mas, do ponto de vista empresarial e rigoroso, não é assim.

Portanto, queria apenas dizer que não se põe em causa a titularidade. A complexidade que foi originada pela nacionalização, cortando um dos «braços» de uma forma... Não vou discutir politicamente o assunto mas, de facto, a nacionalização criou aqui alguns nós que não são difíceis de desatar. Portanto, não é uma questão de titularidade.

Voltando à questão do Sr. Deputado Honório Novo, não tenho comigo elementos precisos para lhe dar, mas, certamente, é com muito gosto que os farei chegar à Comissão.

Relativamente à área imobiliária — isto passou-se em novembro de 2009 e estamos em 2012 —, devo dizer-lhe que não estou, neste momento, a identificar, mas admito. Admito porque fizemos muitos planos: temos de lutar pela sobrevivência das empresas. Os responsáveis pelos setores... — e isto foi, certamente, feito pelo responsável do setor, assessorado por uma empresa que é uma das mais preciosas empresas na área imobiliária, que se chama Rock Building, presumo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Quem?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — A Rock Building. Presumo que tenha sido feito... Neste momento, não consigo identificar se foi em 2009,

exatamente. Mas, com alguma segurança, porque eles é que têm a responsabilidade deste setor, admito que tenha sido feito.

Devo dizer, Sr. Deputado, que o Grupo SLN, embora financiado maioritariamente, na altura, quando fazia parte da titularidade do Grupo, pelo BPN... Enfim, é normal! Quer dizer, se calhar não é normal, mas está ali ao lado, não é?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não é normal, não! Não é nada normal!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não! Só estou a dizer... Entenda a minha expressão! Os senhores entenderam bem a minha expressão.

O que quero dizer é que há mais bancos que financiaram a SLN/Galilei — o Montepio, o BCP, o BES, o Banif, o Barclays, a Caixa Geral de Depósitos, a Caixa de Crédito Agrícola, o Santander, o Popular... Ou seja, o sistema financeiro, maioritariamente, participou em financiamentos, nomeadamente na imobiliária. Não tenho aqui de cabeça, mas sei que a imobiliária tem, ou tinha, financiamentos noutros bancos.

Em suma, não sei precisar a sua questão, isto é, se foi só apresentada ao BPN, ou não. Mas admito, tenho de admitir — e isso está, com certeza, no relatório e contas, porque tivemos a preocupação de tentar especificar tudo —, que, para além do BPN, que, naturalmente, era o maior interessado numa tentativa de reestruturação... E aqui repito: todos os créditos do BPN estavam praticamente vencidos sem garantias e todas as reestruturações que foram feitas com o BPN foram-no em termos normais e institucionais, em que demos garantias. Portanto, o BPN foi beneficiado nessa matéria, deste ponto de vista.

Portanto, admito que o BPN seja a entidade mais interessada nesse plano de negócios. Provavelmente, terá havido outros — certamente, nos outros bancos que eram credores da imobiliária também terá sido apresentado. Mas, em 2009, não sei nem participei diretamente nisso, portanto não sei responder de uma forma muito concreta e muito precisa.

Sr. Deputado, apesar de tudo, compreendo o sentido da investigação desta Comissão, mas também devo dizer que a função de um banco é recolher depósitos e emprestar dinheiro, não é? Portanto, julgo que não há anormalidade nenhuma que num banco, quando se tenta reestruturar uma dívida institucionalmente, isso se faça, seja ele chamado BCP, BPN, Barclays, ou seja o que for. Enfim, é uma relação normal entre clientes e bancos: os bancos estão aqui para emprestar, para conceder créditos e para ajudar. Aliás, atualmente, como sabem, essa expressão do *write off*, que significa «apagar a dívida» — chamemos-lhe assim —, é muito usada, no meio desta crise, nos bancos, etc.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Longe de mim...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sabe, Sr. Deputado, para quem anda nesta vida das empresas — e admito que os bancos também pensem assim — às vezes é preferível fazer um acordo possível de cumprimento e de recuperação mais rápida do que instaurar processos de cobranças coercivas de créditos nos tribunais, que, a dada altura, nem daqui a 20 anos estão resolvidos! Às vezes é isso que acontece.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não tenho dúvidas quanto à bondade do que acabou de dizer.

Antes que passe a responder a outro colega, queria chamar a atenção, com a permissão do Sr. Presidente, para o seguinte:...

O Sr. **Presidente**: — Com brevidade também, Sr. Deputado.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — ...não comentou as minhas alusões a 12 reuniões adiadas,...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não. Peço desculpa.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — ...nem às atas sucessivamente adiadas na sua concretização.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Peço desculpa.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Queria manifestar desde já, Sr. Presidente, que vou seguir a sugestão do Sr. Dr. Fernando Lima: vou ler com atenção o relatório e o que considerar que não está respondido face ao conjunto vasto de perguntas que fiz, naturalmente vamos ter de... Se quiser tomar a iniciativa de nos enviar esses elementos, muito bem, senão questionaremos o Sr. Dr. Fernando Lima...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não, não! Com certeza que o farei.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — De facto, só tenho três respostas numéricas: 97 *offshore* e existem 74.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Lima.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Com muito gosto, Sr. Deputado, todas as perguntas que entender dirigir-me serão respondidas de forma transparente e aberta.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E a questão das atas e das reuniões?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Peço desculpa, tem razão quanto à questão das atas e das reuniões.

É verdade que algumas reuniões, por diversas razões, foram adiadas. Não sei se foram 12, confesso que não sei, sei que algumas foram adiadas, ou por razões de... Lembro-me que uma das vezes foi porque eu estava doente, outras por razões imputadas ao BPN porque tinha reuniões de conselho, outras por razões imputadas a nós, porque não nos dava jeito fazer a reunião nesse dia. Portanto, não sei precisar exatamente, mas é um conjunto de razões de parte a parte que julgo também não ser muito difícil de compreender.

Mas foram uns e foram outros. Que não fique a ideia de que foi a Galilei que sempre adiou as reuniões. Peço desculpa, mas...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Imagino!...

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Imagina? Não. Mas esse imaginar tem alguma coisa subliminar no seu pensamento!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não tem, não!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Veja as coisas com muita abertura, com franqueza e com verdade!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Ao contrário do que o Sr. Dr. Fernando Lima possa imaginar, sou um homem totalmente aberto!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Pela forma por vezes irónica com que o Sr. Deputado fala parece que tem um pensamento reservado. Mas não é o caso.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados e Sr. Depoente, faço um apelo para que não nos percamos em relação ao essencial. Já lá vão quase quatro horas de audiência.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Sr. Deputado, penso que respondi o possível às perguntas que me fez sobre as atas.

Julgo que o Sr. Deputado João Semedo me falou sobre a OPI 92.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Não fiz pergunta alguma!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Não fez qualquer pergunta? Tinha essa dúvida e estava aqui um bocadinho perdido no tipo de pergunta que teria feito.

O Sr. Deputado João Pinho de Almeida, se a memória não me falha, ter-me-á perguntado sobre as participações dos veículos no capital da Galilei SGPS. Sim, é verdade, a Parvalorem é acionista da Galilei SGPS, e até julgo que tem uma percentagem relativamente significativa em termos

percentuais, mas não tenho, neste momento, exatamente o número percentual.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se nos puder fazer chegar essa informação, agradecia.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Faço, com certeza. Não tenho problema algum, porque temos a listagem da última assembleia geral também.

Não tenho conhecimento de que haja participações sociais da Parvalorem em sociedades do Grupo Galilei SGPS. Não tenho conhecimento. Relativamente à Marazion, penso que já, de alguma maneira, expliquei a situação. E quanto ao problema da Fika Holdings, estou de acordo consigo. Quer dizer, não sei bem o que lhe hei de responder...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é isso que diz o relatório!

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Qual relatório?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O relatório do «projeto César» diz que a Galilei não concorda com essa interpretação.

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Como não o conheço em pormenor, diria que posto o problema como o Sr. Deputado pôs, estaria de acordo. Mas se a realidade é outra, já não sei.

O Sr. **Presidente**: — Concluiu, Sr. Dr. Fernando Lima?

O Sr. Deputado Honório Novo ainda pretende iniciar uma terceira ronda?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, queria apenas fazer um pedido de identificação ao Sr. Dr. Fernando Lima. Pode ser?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O BI?

*Risos.*

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, o BI não! O nome Mário Fragoso Sousa diz-lhe alguma coisa como acionista do Grupo Galilei?

O Sr. Dr. **Fernando Lima**: — Devo confessar-lhe que o nome me diz qualquer coisa, mas, como acionista da Galilei, não.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, antes de dar por concluída esta reunião, faço apenas uma sistematização da documentação ou informação que ficou de ser enviada pelo Sr. Dr. Fernando Lima: tratar-se-á dos casos de natureza penal detetados pela Galilei que não tenham sido referenciados nas anteriores administrações, designadamente na administração do Dr. Miguel Cadilhe; das atas das reuniões sobre o «projeto César»; das referências das sociedades cujos fiduciários foram pagos através da conta da Marazion; e, finalmente, da lista da última assembleia geral onde constam os acionistas mais atualizados da Galilei, incluindo a Parvalorem, que estará, naturalmente, referenciada.



Depois, foi deixado aqui «trabalho de casa» para o Sr. Deputado Honório Novo, que vai ler, com toda a atenção, o relatório de 2011,...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mais um!

O Sr. **Presidente**: — ... e vai verificar quais são as perguntas que fez e que estão lá respondidas e as que não foram respondidas. Terá toda a oportunidade para nos dizer quais foram a fim de oficiarmos o Dr. Fernando Lima para também nos transmitir esta informação.

Com este «trabalho de casa», concluo a reunião.

Muito obrigado, Srs. Deputados. Agradeço ao Dr. Fernando Lima a sua disponibilidade.

Está encerrada a reunião.

*Eram 21 horas e 44 minutos.*